



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANA PAULA GUEDES DO NASCIMENTO COSTA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DE PODER:
RELAÇÕES DE GÊNERO NO PARLAMENTO PARAIBANO**

**Campina Grande – PB
2017**

ANA PAULA GUEDES DO NASCIMENTO COSTA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DE PODER:
RELAÇÕES DE GÊNERO NO PARLAMENTO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima

**Campina Grande – PB
Agosto - 2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- C837r Costa, Ana Paula Guedes do Nascimento.
Representação feminina nos espaços de poder : relações de gênero no parlamento paraibano / Ana Paula Guedes do Nascimento Costa. – Campina Grande, 2017.
99 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima".
Referências.
1. Mulher e Política. 2. Gênero - Espaço Político. 3. Sub-representação - Política.
4. Política - Nomes de Família. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 32-055.2(043)

Ana Paula Guedes do Nascimento Costa

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DE PODER:
RELAÇÕES DE GÊNERO NO PARLAMENTO PARAIBANO**

Aprovada em: __/__/__

Banca Examinadora

Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (Orientadora) – PPGCS/UFCG

Dr. Vanderlan Francisco da Silva (Examinador Interno) – PPGCS/UFCG

Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Examinadora Externa) – PPGSS/UEPB

**Campina Grande – PB
Agosto - 2017**

AGRADECIMENTOS

O percurso que construí ao longo de anos na Universidade não foi fácil, em alguns momentos, as dificuldades se sobressaíram e então precisei do apoio de muitos. Por isso, quando concluí mais uma etapa desse longo caminho, olho para trás e tenho a necessidade de agradecer àqueles que sempre estiveram comigo, independente das circunstâncias. Assim, agradeço imensamente aos meus pais, Vera e Guedes e a minha irmã, Ana Carolina, que sempre se fizeram presentes em todas as situações, permitindo que eu pudesse, mais uma vez, conquistar meus objetivos e ver concretizado mais um projeto acadêmico. Apesar de todas as adversidades, os três, cada um à sua maneira, possibilitaram que eu me dedicasse exclusivamente aos estudos e que chegasse até aqui.

Agradeço aos meus tios e tias, uns mais que outros, sempre se fizeram presentes em todo esse momento, ainda que de longe, de uma maneira ou de outra, estavam lá nas horas que mais precisei, o apoio, o incentivo, os conselhos, o acolhimento para que eu pudesse realizar a pesquisa, o desejo de ver a conquista de mais essa etapa concretizada, foi fundamental para que eu pudesse hoje, concluí-la.

Agradeço também a minha turma de Mestrado, em que colegas de sala, se tornaram ao longo desses mais de dois anos, bons amigos, compartilhando das angústias e medos da pesquisa, das incertezas do futuro, incentivando a permanência nesse caminho. As palavras amigas na hora certa, as boas risadas e histórias construídas, aliviaram as pressões que acabam existindo nesse momento.

Agradeço imensamente à minha orientadora Elizabeth (Bebete), que desde a graduação sempre se mostrou aberta a dividir toda a sua experiência e capacidade, com toda a sua generosidade e compreensão. Agora, no Mestrado, não foi diferente, e a sua orientação, conselhos e amizade, foram fundamentais para que tudo pudesse dar certo.

Agradeço aos assessores e às deputadas Camila Toscano, Daniella Ribeiro e Estela Bezerra, por dedicarem seu tempo numa agenda corrida, e permitirem a realização das entrevistas, conversas e análises que aqui foram construídas.

Agradeço aos professores e funcionários do PPGCS pela convivência e aprendizagem acadêmica, sem as quais, tudo teria sido muito mais difícil.

Por fim, agradeço ao CNPq, pela bolsa de estudos, o que permitiu que pudesse cursar o meu mestrado, dedicando-me exclusivamente aos meus estudos.

RESUMO

A determinação de papéis sociais diferenciados e rígidos nos quais as mulheres foram subjugadas à esfera privada do lar, do cuidado, da reprodução e abnegação, e os homens foram privilegiados com a ocupação do espaço público, do conhecimento, das discussões e, conseqüentemente da política, acabou por muito tempo impedindo a presença delas nesse meio. Hoje, ainda que de maneira lenta e gradual, esta realidade vem sendo modificada e as mulheres têm reivindicado sua presença nos espaços do poder. No entanto, é fato também, que o número delas nesse meio é extremamente baixo: na Câmara Federal, elas são apenas cerca de 10% da representação. Desse modo, a Assembleia Legislativa da Paraíba que é estruturada em 36 cadeiras, tem hoje uma representação feminina composta por apenas três nomes: Camila Toscano, Daniella Ribeiro e Estela Bezerra. Assim, é nosso objetivo nessa dissertação, entender como essas mulheres se inseriram na política, quais as vias de acesso por elas utilizadas: os nomes de família (grupos oligárquicos) ou a participação em movimentos sociais, e desse modo, analisar a construção de seus mandatos e de suas proposituras, considerando se elas têm como base sua condição de gênero ou não. A maneira pela qual essas parlamentares entendem e vivenciam o ambiente da política e como compreendem o papel da mulher nesse meio, foram fundamentais para a construção dos argumentos aqui expostos. A categoria de gênero e a compreensão da delimitação de papéis sociais distintos para homens e para mulheres, foram basilares nesse processo. A análise de suas agendas políticas, o acompanhamento de sessões parlamentares que contaram com sua presença, bem como a realização de entrevistas com as três deputadas e o percurso feito pelas mulheres ao longo da história social e política do país, encerram os meios utilizados para estruturar tais argumentações.

Palavras- Chave: Mulher e Política; Gênero; Sub-representação; Nomes de Família.

ABSTRACT

The determination of differentiated and rigid social roles in which women were subjugated to the private sphere of the home, care, reproduction and self-denial, and men were privileged with the occupation of public space, knowledge, discussions and consequently, politics, ended up, for a long time, preventing their presence in this environment. Nowadays, although slowly and gradually, this reality has been modified and women have claimed their presence in power positions. However, it is also a fact that their numbers are extremely low: in the Federal Chamber, they are only about 10% of representation. Thus, the Legislative Assembly of Paraíba, which is structured in 36 seats, now has a female representation composed of only 3 names, Camila Toscano, Daniella Ribeiro and Estela Bezerra. Therefore, it was our goal, through this research, to understand how these women were inserted in politics, what access routes they used: family names (oligarchic groups) or participation in social movements, and thereby, to analyze the construction of their political mandates and their candidacy, considering whether these are based on their gender condition or not. The way in which these parliamentarians understand and experience the political surroundings and how they understand the role of women in this environment were fundamental to the construction of the arguments presented here. The gender category and the understanding of the delimitation of distinct social roles for men and for women were fundamental in this process. The analysis of their political appointments, the follow-up of their parliamentary sessions, as well as interviews with the three women deputies, the course taken by women throughout the social and political history of the country, contain the means used to structure such arguments.

Key-words: Women and Politics; Gender; Sub-representation; Family Names

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1: A luta das mulheres pelos espaços de poder e decisão	
1. A luta fora de casa: as principais reivindicações feministas e do movimento de mulheres.....	12
1.1 Pensando a mulher na política: relações de gênero e campo político.....	18
1.2 A entrada no campo de pesquisa: questões metodológicas.....	25
CAPÍTULO 2: As mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba	
2. O feminino na Assembleia Legislativa: Quem são essas mulheres?	34
2.1 Sessões Parlamentares: Uma descrição etnográfica.....	38
2.2 Atuação parlamentar e condição de gênero.....	48
CAPÍTULO 3: A voz das mulheres parlamentares	
3. Ser mulher e estar na política.....	61
3.1 Como elas enxergam e vivenciam a atividade política.....	72
3.2 Trajetória política: movimentos sociais e os nomes de família.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
ANEXOS.....	93

INTRODUÇÃO

O lugar social no qual coube ser ocupado pelas mulheres, sempre foi o de menor ou nenhum prestígio, onde esta não tinha o direito de se expressar, de contestar, de se fazer vista e ouvida. No entanto, diversos autores que se dedicam à análise da trajetória das mulheres apontam que elas, ainda que em posições que não tinham o devido destaque social, sempre se fizeram ativas e presentes nas lutas sociais. Fosse nos bastidores, na articulação clandestina performatizando-se de homem para poder exercer algum tipo de influência, utilizando nomes masculinos para assinar suas produções literárias. As mulheres com todas as adversidades que o gênero e os papéis sociais e culturais lhe impuseram, estavam sempre se colocando diante das situações que enxergavam como injustas e cabíveis de transformação.

Como dito, o gênero e a delegação social das mulheres ao espaço do mundo privado e reprodutivo da casa, do cuidado de filhos e marido, impôs uma série de barreiras no que se refere a ocupação por parte delas do espaço público, historicamente atribuído aos homens. A esfera pública da prática política (institucional e partidária), constitui-se ainda hoje como uma das áreas mais difíceis de acesso às mulheres. A baixa representação feminina na política é uma realidade social persistente que necessita de debate e da criação de meios que possibilitem a desconstrução deste cenário.

A perspectiva da construção de papéis sociais diferenciados e determinados para homens e para mulheres, assim como a categoria de gênero, são fundamentais para que possamos entender como as mulheres se inserem na política e o porquê de ainda sermos sub-representadas. Essa construção social e cultural que associa às mulheres a estereótipos voltados para a emotividade, a passividade, o cuidado, o consumismo, subjugam as mulheres a um lado da esfera social e as impede de ter pleno acesso à outra. Quanto a isso, Costa (1998) formula que a instituição desses papéis de gênero:

Permite à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel na esfera doméstica, onde as relações sociais se desenvolvem de forma afetiva/emocional e não a preparam totalmente para a atividade política, essência da esfera pública, onde as relações se dão à imagem e semelhança do mundo masculino. (COSTA: 1998, p. 49)

Da mesma forma, o gênero como categoria analítica Scott (1996), nos fornece elementos capazes de nos auxiliar na compreensão das relações de poder e na estruturação das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Este busca a negação de qualquer explicação em torno dessas relações baseadas na concepção do sexo biológico, a categorização do gênero reivindica a explicação das relações sociais e de poder a partir de um conjunto de significados envoltos nos símbolos culturais, na criação das leis e normas e nas instituições (religiosas, políticas e jurídicas).

Assim, as discussões em torno da participação de mulheres na política e a conquista do poder, por parte delas, tem cada vez mais adquirido espaço nas produções científicas e acadêmicas de várias áreas do conhecimento, a exemplo das Ciências Sociais. Refletir acerca das lutas e conquistas históricas do movimento feminista e de mulheres, nos permite compreender quais percursos, estratégias e discursos que estas têm utilizado afim de se fazerem ativamente presentes nas áreas de maior destaque social, a exemplo da política.

Uma questão fundamental em torno deste debate é procurarmos quais elementos e motivos continuam a colocá-las em número tão inferior, em relação aos homens, na ocupação dos cargos eletivos. Porque apesar das pesquisas e discussões científicas, que crescem a cada ano, do envolvimento das instituições, a exemplo das campanhas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das políticas de cunho compensatório, a Lei de Cotas, as mulheres permanecem em uma situação de sub-representação na política. É em razão destes questionamentos que esta pesquisa foi construída, o debate e a produção acadêmica voltada para a compreensão dessa sub-representação feminina nos espaços de poder, se configura como uma importante ferramenta no que se refere à mudança e desconstrução dessa realidade.

Nesse sentido, esta pesquisa foca suas apreensões na atual estruturação do Poder Legislativo da Paraíba, com o objetivo de investigar a inserção e a participação das mulheres nesse meio. Bem como analisar suas ações e práticas políticas enquanto parlamentares. Compreender a trajetória pessoal e política dessas mulheres, quais os meios utilizados por elas para se estabelecerem nesse ambiente, investigar como enxergam e vivenciam suas experiências enquanto mulheres públicas e políticas, e ainda verificar a existência de projetos e proposituras que se voltem para a construção de uma pauta de reivindicações femininas e feministas. Todos esses elementos foram questionados e problematizados na tentativa de se compreender também o fenômeno da sub-representação feminina na política.

O cenário aqui analisado é a Assembleia Legislativa da Paraíba, localizada na capital do Estado, João Pessoa. No último pleito, em 2014, três mulheres foram eleitas para compor as 36 cadeiras existentes na Casa de Epitácio Pessoa. Sendo elas, Camila Toscano (PSDB), Daniella Ribeiro (PP) e Estela Bezerra (PSB).

Acompanhar a atuação dessas mulheres, seus discursos, proposituras, entender como se dão as relações de gênero entre seus pares (homens e mulheres), num ambiente que ainda se mostra “resistente” a presença de mulheres, se configura como um importante elemento para a construção das discussões aqui propostas. Para realizar a pesquisa de coleta de dados e a observação participante, nos deslocamos por dois períodos de tempo (cerca de 10 dias cada um), para a cidade de João Pessoa, afim de acompanhar parte da execução dos mandatos dessas mulheres. Assim, os dados e argumentações aqui expostos, foram possíveis através da observação etnográfica de algumas sessões parlamentares, do acompanhamento das contas pessoais das deputadas na redes sociais (*Facebook*), bem como nas reportagens a elas veiculadas pelos portais de notícia do estado (*online*), assim como a partir da realização de entrevista aberta e semi-estruturada com as três deputadas.

A partir do exposto, a dissertação se estrutura em três capítulos e da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado: **A luta das mulheres pelos espaços de poder e decisão**, centra sua discussão em torno da apresentação das lutas e reivindicações das mulheres na construção da história social e política do país, demonstrando como puderam aos poucos ir se estabelecendo na esfera pública, sobretudo da política. Discute ainda a inserção da mulher na política, baseado na compreensão e análise das relações de gênero e na construção de papéis sociais determinados aos homens e às mulheres. Além de trazer considerações quanto as escolhas metodológicas e a entrada no campo de pesquisa.

O segundo capítulo, intitulado: **As mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba**, traz uma breve apresentação quanto à trajetória pessoal e política das três deputadas aqui analisadas, suas experiências profissionais e familiares, que nos permitem entender os meios pelos quais estas se inseriram na esfera pública da política. Nesse capítulo é exposto também a partir de uma descrição etnográfica, as experiências obtidas através de observação etnográfica, em duas sessões parlamentares que contaram com a presença de duas das três deputadas, uma realizada em Campina Grande, na forma de sessão conjunta, junto à Câmara de Vereadores e a outra na própria Assembleia Legislativa na cidade de João Pessoa. O acompanhamento das sessões, bem como a

análise de suas proposituras, foram os meios utilizados para compreender a atuação dessas mulheres parlamentares e a possível existência de uma condição de gênero no que se refere a construção de seus mandatos.

O terceiro capítulo, último dessa discussão, intitulado: **A voz das mulheres parlamentares**, busca entender como é ser mulher e fazer parte do meio da política, busca destacar como essas mulheres experenciam e vivenciam a atividade política a partir da fala delas próprias, obtidas através de entrevistas realizadas com as mesmas em períodos distintos. Desse modo, foi possível ainda, através do relato das parlamentares, conhecer e compreender as suas trajetórias políticas, que se construíram devido ao pertencimento a grupos oligárquicos, dos nomes de família e experiência junto a movimentos sociais e ao contato com o feminismo.

Por fim, nas **Considerações Finais**, apresentamos os principais resultados a que chegamos, esperando que essa dissertação sirva de incentivo à curiosidade acadêmica e que o tema da disputa das mulheres por espaços de poder seja cada vez mais investigado, refletido, apresentado na academia, como uma condição, não só com base em sua importância reflexiva de denúncia a uma sociedade, a brasileira, que em sua democracia representativa, se apresenta de maneira incompleta, exatamente por essa situação de sub-representação.

I CAPÍTULO – A LUTA DAS MULHERES PELOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

1. A luta fora de casa: as principais reivindicações feministas e do movimento de mulheres

Pensar e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder implica diretamente numa reconstrução histórica, social e cultural da própria política brasileira. De acordo com Costa (2005) o feminismo, enquanto movimento social, é fundamental para a entrada e consolidação da participação feminina nos espaços públicos e de poder, é um movimento moderno, que surge no contexto das ideias iluministas e das ideias oriundas das Revoluções Francesa e Americana, que num primeiro momento se estabelece em torno de uma demanda pautada na busca de direitos sociais e políticos. É preciso entendermos ainda que o movimento feminista brasileiro não se estabelece de maneira isolada, o contexto mundial, as lutas que se construam fora do país, tem influência direta na construção do movimento feminista no Brasil.

No século XIX uma mulher chama a atenção e é considerada por muitos como a primeira feminista brasileira, Nísia Floresta, que surge em meio a um contexto rigidamente patriarcal, em prol da capacitação intelectual das mulheres e de seu direito à educação. A autora teve seus escritos conhecidos por reivindicar o direito de envolvimento das mulheres em outros temas e debates políticos. Apesar de ser considerada por vezes conservadora, já que reafirmava muitos dos valores tradicionais instituídos como por exemplo, a associação das mulheres às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos, Nísia Floresta tinha como objetivo, à sua maneira, subverter a ordem, apontando a “possibilidade de alterar a hierarquia de poder presente nas relações entre os sexos. Segundo a autora, exercendo sua influência sobre os homens, as mulheres podiam não só educá-los, mas também ‘regenerá-los’”. (PRADO E FRANCO: 2003, p. 207).

A partir da década de 1860, a atividade filantrópica passou a ser encarada como um meio para as mulheres das classes mais elevadas afastarem-se das limitações impostas pelo trabalho doméstico. À época, como destaca Coelho e Baptista (2009). Iniciam-se as argumentações em torno das ideias abolicionistas, “onde muitas mulheres contribuíram com atividades para esses fins, embora ‘não em posição política’”;

Verifica-se, assim, que o primeiro envolvimento das mulheres brasileiras com uma reivindicação por direitos sociais, não especificamente os seus, reforça seu papel social – secundário, com características de dedicação e esforço físico, numa reprodução de seu papel familiar. Note-se, também, que na atividade político-partidária a atuação das mulheres muitas vezes limita-se, ainda hoje, a ações que expressam esse mesmo papel secundário, isto é, atuar como “militante”, o que envolve abnegação e esforço físico. (Coelho e Baptista: 2009, p. 88)

A participação destas no movimento restringia-se à angariação de fundos, ficando dessa forma, excluídas dos debates políticos sobre emancipação. É importante destacarmos que ainda hoje é comum as mulheres iniciarem suas atividades na vida pública através do envolvimento em projetos e trabalhos de cunho social. Este é um papel frequentemente exercido pela denominada “primeira-dama”, sobretudo, àquela que almeja exercer um cargo público.

A transição do século XIX para o século XX proporcionou diversas discussões e publicações – Jornais como “O Domingo” e “O Sexo Feminino” e a revista “A família” – buscavam explorar as diversas concepções de um novo papel feminino na sociedade brasileira, todos defendiam o direito a emancipação feminina, principalmente o direito à educação.

Nesse período de fim do século XIX, Costa (2005), ressalta que as mulheres brasileiras estavam incorporadas à produção social, representando parte significativa da força de trabalho empregada. Elas ocupavam cada vez mais o trabalho na indústria, sobretudo na indústria têxtil, chegando a representar maioria da mão de obra nesse setor.

Influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do controle às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero. (COSTA: 2005, p. 3)

Em 1891 ocorreu a elaboração da primeira Constituição Republicana Brasileira. A mesma debateu e vetou o sufrágio feminino. “Os que argumentavam contrariamente se referiam, por exemplo, à inferioridade feminina, tida por alguns como ‘natural’”. (COELHO E BAPTISTA: 2009, p. 88). As mulheres eram definidas como a “parte moral da sociedade”, a base da família, na qual o lar, o casamento e a maternidade, estruturavam sua existência social, cabendo aos homens o desenvolvimento de suas possibilidades e ambições de uma vida pública.

Apesar do veto ao voto feminino na primeira Constituição como um direito das mulheres, essa ideia não foi mais abandonada, ocasionando o surgimento do movimento sufragista no Brasil. Na Europa, o movimento já vigorava desde o fim do século XIX.

É importante notar que, mesmo num clima de transformações sociais predominou, nessa época, uma clara concepção social de diferentes papéis para cada gênero. Alguns dos argumentos de então, contrários à emancipação feminina, tendem a reaparecer em outros momentos históricos, quando novos “direitos” femininos passam a ser discutidos. Como, por exemplo, a partir dos anos 60 (sessenta), quando se defende enfaticamente o direito feminino de exercer uma atividade profissional, assumir cargos de chefia ou escolher profissões com características específicas, como a atividade militar. (COELHO & BAPTISTA: 2009, p. 89)

Bertha Lutz, bióloga reconhecida internacionalmente e mais tarde se formado em Direito, dedicou-se a tarefa de unir as mulheres em torno de uma “liga” na qual pudessem reivindicar por seus direitos políticos e por sua emancipação frente à dominação do sexo oposto. Assim, em 1922, Bertha organizou a “Federação Brasileira para o Progresso Feminino” (F.B.P.F), filiada à International Woman Suffrage Alliance (citado por COELHO E BAPTISTA: 2009, p. 89), que defendia os direitos políticos das mulheres e o sufrágio feminino. As autoras destacam que Bertha, assim como outras mulheres integrantes da Federação, pertenciam a uma elite econômica e intelectual, que as permitia um acesso mais livre às figuras políticas de maior influência e a opinião pública como um todo.

Nesse período de ampliação da luta sufragista, merece destaque também a criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o intuito de mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto e a Associação Feminista, de caráter anarquista, que desempenhou também importante papel nas greves operárias de 1918 em São Paulo.

Desse modo, por influencia da união de várias forças de luta em prol dos direitos femininos e, principalmente, da F.B.P.F, a Constituição de 1934 instituiu para as mulheres o direito de votar e ser votada. Já por força de um decreto de fevereiro de 1932 promulgado por Getúlio Vargas, a Assembleia Constituinte viu eleger-se a primeira Deputada Federal, a médica Carlota Pereira de Queiroz pelo Estado de São Paulo. Desde então, outras mulheres tornaram-se pioneiras em alguns cargos públicos. Em 1979 foi eleita a primeira Senadora, Eunice Micheles (PDS - AM). Em 1982, a professora Maria Esther Figueiredo Ferraz, é nomeada como a primeira Ministra de Estado, ficando com a

pasta da Educação. No ano de 1994, no Maranhão, Roseana Sarney torna-se a primeira mulher a comandar um Estado brasileiro como governadora. A mais recente conquista delegada às mulheres e a todo esse histórico de lutas sufragistas e femininas, foi a eleição de uma mulher para o mais alto cargo do Executivo brasileiro, a Presidência da República, por Dilma Rousseff, que se reelegeu para mais quatro anos no cargo nas últimas eleições de 2014, mas que no dia 31 de agosto de 2016, sofreu o processo de *impeachment* e foi afastada definitivamente da presidência da República, por meio de um “golpe parlamentar”. Em seu lugar, assumiu o seu vice-presidente, Michel Temer, do PMDB.

Nesse percurso de conquistas e emancipação, alguns autores chamam a atenção para uma espécie de desmobilização após a conquista do sufrágio universal, entre as décadas de 40 e 50, período da Segunda Guerra Mundial, que implicou na intensificação da dupla jornada de trabalho das mulheres, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho assalariado, devido à convocação de seus companheiros pelo Exército brasileiro.

Alguns autores nos chamam a atenção para a caracterização desse primeiro momento do movimento feminista, como algo de cunho mais conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, “inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas”. (COSTA: 2005, p. 3).

A presença das mulheres na cena social brasileira é ampliada a partir da década de 60, com a intensificação da ditadura militar. Estas se fizeram presentes nos “movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por seus direitos sociais, justiça econômica e democratização”. (SOARES:1998, p. 34). As crises econômicas, a crescente inflação e o processo de abertura política, fizeram com que as décadas de 70 e 80, mobilizassem as classes médias e a classe operária. Durante a década de 70, o movimento de mulheres, uma articulação entre as camadas mais populares e suas organizações de bairro, pôs nas ruas, brasileiras que lutaram em defesa de seus direitos e necessidades e contra as desigualdades.

Os grupos feministas e movimentos de mulheres dos anos 70 e início dos anos 80, juntamente com as comemorações do Dia Internacional da Mulher, constituíram-se em períodos propícios para a organização de fóruns de mulheres e articulação de protestos públicos contra a discriminação de sexo. Com a reorganização partidária, a mulher feminista adentrou os partidos e colocou as questões femininas como centro do debate,

item obrigatório nos programas e plataformas eleitorais, fato este garantido pela visibilidade alcançada pela participação nos movimentos.

Os anos 80 ficaram marcados ainda pelas novas formas de organização e instituição de ações voltadas para o corpo, a saúde, a sexualidade feminina e o combate à violência, além de que, foi no fim dessa década “como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988 que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.” (SARTI: 2004, p. 42). Nesse período de Assembleia Nacional Constituinte, O Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), juntamente com o movimento feminista e outras organizações do movimento de mulheres, lançaram a campanha: “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, com o intuito de articular as reivindicações das mulheres. Devido a essa articulação nacional e de uma ação direta e intensa de convencimento dos parlamentares, o *lobby* do batom, como ficou conhecido na imprensa, o movimento feminista conseguiu aprovar cerca de 80% de suas demandas.

Os anos 90 promoveram a ampliação em torno dos direitos e emancipação feminina, instituindo ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nos sindicatos, partidos políticos e nas candidaturas aos cargos legislativos. Nesse período se intensificou a formação do chamado feminismo popular, formado pelas mulheres pobres organizadas em torno de associações de moradores, das operárias a partir de seus sindicatos e das trabalhadoras rurais através de suas organizações. Ainda nessa década, com o crescimento do feminismo popular e de sua diversidade em termos de questões ideológicas, se deu a preparação para a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing na China, em 1995, incorporando vários setores do movimento de mulheres.

Assim como afirma Costa (2005), como resultado de todo esse processo de preparação para a conferência de Beijing, no ano de 2000, a Articulação de Mulheres Brasileira, através de esforço conjunto com outras entidades, realizou uma avaliação das ações governamentais implementadas no campo das políticas públicas para as mulheres nos últimos cinco anos, em relação aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a IV Conferência. Esta ação apontou a fragilidade dos mecanismos executivos criados, os limites das políticas públicas implantadas e a necessidade de manutenção e pressão do movimento. Devido à proximidade das eleições presidenciais daquele período, setores do movimento feminista, de maneira conjunta e articulada, buscaram garantir que os candidatos se comprometessem com as demandas das mulheres. Essa proposta tomou forma durante o II Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2002. Neste

mesmo ano, diversas Conferências Estaduais foram realizadas com o objetivo de construir uma Plataforma Política Feminista “dirigida à sociedade brasileira, visando o fortalecimento da democracia e a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia”. (COSTA: 2005, p. 11)

Aliado a esse processo de construção da Plataforma Política Feminista, algumas ONGs feministas desenvolveram um processo de monitoramento da ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), por parte do governo brasileiro. Como parte da prática do Comitê da CEDAW, o movimento, através da ação de suas ONGs, elaborou o Relatório Alternativo (uma contribuição ao relatório elaborado pelo governo brasileiro) que apresentou uma série de recomendações ao governo brasileiro no que se refere ao cumprimento da convenção. Dentre essas especificações, foi relatada a defasagem entre as garantias constitucionais de igualdade entre homens e mulheres, as intensas disparidades regionais, econômicas e sociais, a persistência de dispositivos discriminatórios em relação à mulher no código penal, as visões conservadoras e estereotipadas a respeito das mulheres, a violência contra as mulheres, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, a sub-representação feminina nas instâncias de poder político, as altas taxas de analfabetismo feminino e de mortalidade materna. (AGENDE, 2003c, apud COSTA: 2005, p. 12).

A fim de criar novos espaços de interlocução, o movimento de mulheres e como parte dele, o movimento feminista, em resposta à convocatória governamental através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, realizou no ano de 2004, a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, com o objetivo de propor diretrizes para a construção do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Tomadas por esse contexto de lutas, reivindicações e conquistas, as mulheres foram aos poucos alcançando posições dentro da esfera social que há muito lhe eram totalmente renegadas. A conquista e legítima entrada nos espaços de poder e a configuração como agente política, se trata de fato concreto vindouro de momentos de permanente revolução. Nesse sentido, a entrada de mulheres nesse meio político, sobretudo, partidário, suscita algumas reflexões e nos trazem certas especificidades.

1.1 Pensando a mulher na política; relações de gênero e campo político

Os espaços de poder parecem ainda ser negados as mulheres, que devem se conformar com os papéis socialmente atribuídos a elas, aqueles referentes ao cuidado com os filhos e marido e com a casa. É nesse contexto de um sistema patriarcal, sexista e estruturado numa divisão sexual do trabalho, que as mulheres, apesar de sua constante presença nesses espaços, continuam a enfrentar diversos obstáculos e estigmas quanto à sua legitimação frente a um cargo público. “As mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, imposta aos integrantes de grupos subalternos que ingressam em espaços privilegiados. Elas sabem, ainda que de forma intuitiva, que lhes é cobrada uma competência superior para que possam exercer tais funções”. (MIGUEL & BIROLI: 2011, p. 94).

A fim de pensar o lugar da mulher na sociedade, na esfera pública, Saffioti, propõe uma simbiose “patriarcado, racismo, capitalismo” Costa (1998), para isto a autora entende o conceito de patriarcado numa perspectiva contrária a anteriormente adotada por outras feministas, baseadas nas ideias weberianas referentes ao termo. Para Saffioti, não é possível a compreensão do patriarcado e do capitalismo como sistemas autônomos e independentes. Os dois se referem a um mesmo sistema produtivo e devem ser analisados como fontes integradas já que, classe e gênero foram ao longo da história, construídos mutuamente, por isso para a autora, é impossível separar para fins analíticos, o patriarcado e o capitalismo, para tentar compreender as discriminações que são direcionadas às mulheres. (SAFFIOTI: 1992 *apud* COSTA: 1998).

A ocupação de mulheres na vida política informal ou institucional tem sido compreendida pelos que se dedicam a essa temática – os intelectuais e o movimento feminista principalmente – como um processo de transformação que transcorre entre o silêncio e a voz (PINHEIRO, 2007). Ou seja, há um entendimento de que a não participação feminina nas esferas de poder caracteriza a incompletude da Democracia Representativa.

Pinheiro (2007), destaca ainda, que ao se discutir a importância feminina nos espaços de poder são levantadas questões que perpassam pela formação dos papéis sociais moldados entre o sexo masculino e o sexo feminino, em que em muitas vezes podem estar escondidas sobre a justificativa e importância da mulher na vida política. A autora acredita que a ideia de defender a presença feminina na política baseia-se na lógica da

política de presença, na crença de que as melhores representantes para a população feminina são elas próprias.

As representações que caberiam às mulheres que se inseriram na política para alterá-la, ressignificá-la, imobilizam inúmeras possibilidades de compreender as transformações na esfera política, impulsionadas pela entrada desse novo agente político. Pinheiro (2007, p. 21) assevera que não há nada que garanta que a maior presença feminina signifique maior defesa dos interesses femininos. Pelo contrário, por essa lógica, ocorre a naturalização de um fenômeno que é socialmente construído e mesmo que demonstrem maior participação em áreas de maior vulnerabilidade da sociedade e aos papéis que exercem dentro da esfera privada, não significa porém, que exista uma vocação inata. Pinheiro (2007) complementa:

A noção de gênero constitui-se em um elemento central para a explicação do comportamento das mulheres na política institucional. Assim, há reconhecimento da existência de construções sociais a definirem o que é ser homem e o que é ser mulher, e de que essas mesmas construções orientam o estabelecimento de relações sociais, construindo “preferências” que resultam em comportamentos e em representações diferenciadas entre os sexos. (PINHEIRO, 2007, p. 21)

Ainda que o pensamento feminista tenha avançado na compreensão da relação entre patriarcado e capitalismo, pondo num mesmo nível “as relações de produção e de reprodução, relações políticas, econômicas, sociais, raciais, enfim, relações de poder nas quais a desigualdade social das mulheres é determinante” (COSTA: 1998, p. 41), foi na década de 80 em meio a uma crise de paradigmas nas Ciências Sociais, que se estabeleceu as primeiras noções de um conceito que pudesse sintetizar essas relações hierárquicas, de poder, entre homens e mulheres, que estão presentes em toda a esfera social. Um conceito que rechaçava toda a ideia de determinismo biológico utilizado para explicar essa diferenciação de papéis sociais entre homens e mulheres. É nesse sentido que se institui a categoria de gênero, uma perspectiva histórica, analítica e relacional.

Ao propor a utilização do termo gênero, Scott (1996) sugere que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informações sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Esta enfatiza que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, e que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. O termo gênero designa ainda, as relações sociais entre os sexos, rejeitando de maneira explícita, explicações biológicas que são utilizadas para justificar diversas formas de subordinação feminina. Em contraposição a isso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções

culturais”, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Ainda de acordo com a autora, o termo gênero se tornou uma categoria particularmente útil porque ela oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres.

Uma das principais críticas feitas por Scott ao pensar o termo gênero como uma categoria de análise, foi a posição binária que muitos autores assumiram, sobretudo algumas autoras feministas, ao tentar explicar as diferenciações sociais impostas a homens e à mulheres. Ela afirmava que ao assumir essa posição, essas autoras acabavam reforçando justamente o que queriam combater. Seu posicionamento era centrado na rejeição dessa oposição binária masculino/feminino, para Scott era necessária a historização do termo e a desconstrução dos termos da diferença sexual.

A autora ainda conclui que gênero se trata de uma categoria analítica, seria o conhecimento sobre a diferença sexual, sempre relativo; produzido por amplos e complexos quadros epistêmicos que além de estarem presentes em ideias, estão também em instituições e estruturas, práticas cotidianas, em tudo aquilo que constituiria as relações sociais. A autora identifica que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, como também o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Essas diferenças são símbolos culturalmente disponíveis que estão contidas em representações simbólicas, expressas em doutrinas religiosas, educativas, políticas e jurídicas.

Neste sentido, podemos identificar dois aspectos importantes na definição de gênero. Primeiro, a ideia de que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, pois são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. E segundo, a distribuição desigual de poder entre os sexos.

No campo do gênero, os homens como sujeitos pertencentes à estrutura social posta, têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos pertencentes à estrutura social vigente, precisam solicitar autorização a “primeira” categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços privilegia apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e a desigualdade.

A categoria de gênero pode ser entendida como elemento essencial para compreender as formas de entrada de mulheres na política e os papéis por elas

desempenhados quando se estabelecem nesse meio. Esta, permite-nos ainda, entender algumas peculiaridades referentes a relação entre mulheres e a prática política.

Barbosa (2008) compreende a exclusão social e política da mulher na esfera pública pela dimensão relacional onde homens e mulheres não se reconhecem como pares, mas como superiores e inferiores. “A invisibilidade política ou não presença provém da dimensão intrínseca de relações de domínio e subordinação, portanto de relações de gênero.” (BARBOSA: 2008, p.1)

Ainda quanto às raízes dessa “desigualdade de gênero”, Michelle Rosaldo nos ensina que:

Dada uma divisão empírica entre as esferas de atividade doméstica e pública, diversos fatores interagiriam para aumentar os valores culturais, a força social e a autoridade atribuídas aos homens. Primeiro, parecia que os efeitos psicológicos de ser criado por uma mulher produziram disposições emocionais muito diferentes em adultos conforme o sexo; por causa da divergente natureza dos laços pré-ediípicos com suas mães, meninas cresceriam para ser ‘mães’, nutrizes enquanto garotos adquiriam uma identidade que denigre e rejeita os papéis das mulheres. (ROSALDO:1995, p. 13)

No que se refere a essas “distinções de gênero”, Rosaldo coloca que: “gênero em todos os grupos humanos deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social”. (ROSALDO: 1995, p. 16). O emprego do termo gênero como categoria analítica, nos permite compreender as diferentes disposições de “lugares de homens e de mulheres” na sociedade.

Um fato relevante quanto à construção da imagem e vida pública de mulheres é a relação entre estas e as alianças políticas via “nomes de família”.

Como grupo em posição de desigualdade estrutural, historicamente subordinado, as mulheres não possuem as mesmas condições de acesso às arenas políticas e aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel social (...) Além disso, diferentemente do homem, os ciclos de vida da mulher segmentam a sua vida, em particular, com o advento da maternidade. (CARVALHO & RABAY, 2010, p. 33)

Diante de um contexto de dificuldades e obstáculos, várias mulheres se inserem no meio político vinculadas a “nomes de família” (marido, filhos, tios, irmãos) e a grupos oligárquicos liderados por homens. A inserção política via esses “nomes” trata-se assim como nos coloca CARVALHO & RABAY (2010, p.36), de um recurso que “resolve todos os impedimentos estruturais, institucionais e individuais, uma vez que libera,

convida, inicia e apoia a mulher na vida pública e na política partidária”. Estes nos parecem ser ainda, a via mais fácil de acesso aos espaços de poder político. Uma trajetória política baseada na experiência e na militância é algo que nosso sistema político consegue garantir a poucas representantes políticas do sexo feminino.

Assim, as carreiras políticas das mulheres tornam-se reconhecidas e se legitimam a partir da exaltação de certos “atributos e valores femininos” como uma exigência de uma sociedade pautada na reprodução e persistência do papel tradicional da mulher: mãe, esposa, dona de casa, cuidadora, abnegada, frágil, generosa. Dessa forma, essas mulheres se lançam nos espaços de poder a partir da constituição de imagens públicas de mulheres competentes, independentes e, sobretudo, de detentoras de um diferencial no que se refere ao padrão de gestão masculino. Dessa forma, elaboram Miguel e Biroli (2011, p.78): as mulheres utilizam-se do chamado “pensamento maternal” ou “política do desvelo”. “Devido à socialização diferenciada por que passam as mulheres engendraria uma sensibilidade e um julgamento moral específicos, opostos aos masculinos dominantes”.

Além de utilizarem como estratégias de campanha e convencimento de adesão ao voto, valores e atributos que transitam nos espaços sociais, associando e identificando as mulheres aos signos e estereótipos culturalmente criados e aceitos.

Ao chegarem ao poder, estudos como os de Miguel e Biroli (2011), demonstram haver uma situação de sub-representação das mulheres nesses espaços. Estas continuam condicionadas à pautas de cunho social (educação, políticas públicas, direitos humanos), que reforçam e reproduzem o papel social de cuidadora e de doação da mulher. Não que estas pautas representem algo de menor importância ou relevância, mas acabam por privar a participação das mulheres em meios de maior visibilidade, como é o caso das comissões de orçamento ou de políticas econômicas.

Ao tornar-se uma figura pública, adquirir visibilidade e reconhecimento social, as mulheres políticas passam a integrar a agenda de notícias e reportagens dos meios de comunicação. Sobre esse aspecto, alguns autores apontam para o papel de conformação do discurso midiático com o do senso comum, corroborando para a perpetuação da naturalização de noções definidoras de padrões e estigmas que envolvem as mulheres nas esferas privada e pública da vida social. Há uma espécie de reprodução e tentativa de manutenção dos papéis socialmente destinados às mulheres. Quanto a isso, Paiva (2008) afirma haver nessa arena midiática manifestações estereotipadas sobre as mulheres que disputam ou que já ocupam cargos de poder:

A grande questão é que o jornalismo de declaração, porque vinculado ao jornalismo-espetáculo, desvia quase sempre a discussão dos programas de governo, propostas dos candidatos, valores morais, etc., para se concentrar em mesquinhas políticas, assuntos menores, fofocas referentes, principalmente, à vida pessoal dos candidatos. Quanto mulheres, então, logo se comentam o seu estado civil (se solteira, casada ou divorciada), a sua maneira de se vestir, o seu jeito de falar, os seus atributos físicos, etc. (Paiva, 2008, p. 20)

Perante esse contexto de conquistas e autonomia feminina, preconceitos e impedimentos, é que no ano de 1997 foi estabelecida a Lei nº 9.504 que assegura uma cota de 30% e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos, se estendendo para cargos eleitos por voto proporcional (Câmara dos Deputados, Assembleias Câmara Distrital). Em 1995, a Lei nº 9.100 estabelecia uma cota mínima de 20% para mulheres. A Lei de Cotas de 1997, trata-se de uma política de ação afirmativa que reconhece a dominação voltada às mulheres, uma dominação histórica, executada pelo sexo oposto. Esta é entendida como uma lei compensatória.

No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres. (GROSSI E MIGUEL: 2001 p. 169)

Dados recentes divulgados pela União Inter-Parlamentar (UIP), apontaram que num total de 190 países, o Brasil ocupa apenas a 116ª posição no *ranking* de representação feminina no Legislativo. O estudo considerou as informações fornecidas pelo poder legislativo até 1º de janeiro (legislatura anterior), quando a Câmara era ocupada por 45 deputadas (9%) e o Senado por 10 senadoras (13%). Na atual legislatura, elas passaram a ser 51 deputadas (9,9%) de um total de 513. E das 81 cadeiras do Senado, 12 são ocupadas por representantes femininas (pouco mais de 13%). A média mundial de representação feminina no Legislativo é de 22,1%, dado que evidencia a baixa presença de mulheres no parlamento brasileiro. Nesse sentido, diversos autores têm discutido as razões pelas quais a Lei de Cotas para a representação feminina na política, não tem alcançado os resultados previstos inicialmente, após mais de 15 anos de sua implementação. Algumas publicações denotam certo consenso e apontam três tipos principais de fatores que poderiam influenciar nas chances e decisões das mulheres se candidatarem; seriam estes de cunho socioeconômico, cultural e político.

Os culturais destacam os valores mais gerais que influenciam uma dada sociedade, bem como uma cultura de gênero mais ou menos igualitarista (NORRIS,1993). Os socioeconômicos remetem a alguns indicadores, como escolaridade, renda e emprego. Já a dimensão política é tratada mais do ponto de vista das instituições partidárias e eleitorais e dos tipos de sistemas de representação (JONES, 2008). (ARAÚJO: 2009, p. 25)

A autora acima citada, expõe não haver consenso quanto ao peso de cada um desses fatores no que se refere às chances e disposição de mulheres disputarem um cargo no Legislativo, embora haja o reconhecimento de que existe uma espécie de interdependência na composição de cada um dos fatores apresentados. Araújo (2006), afirma haver ainda, a discussão de alguns autores quanto à existência de uma apatia inata das mulheres pela política. No entanto, uma reorientação, uma desconstrução desses argumentos mostram que a “disposição para a política não depende apenas de uma vontade individual ou de um despertar para o processo, mas que existem certas rotas predominantes de ingresso, que são medidas por diversos fatores, de ordem material e de ordem subjetiva” (ARAÚJO: 2006, p. 208). Trajetórias sindicais/movimentos sociais, certas carreiras profissionais e/ou lugares hierárquicos, aliados a recursos econômicos, se figuram como importante capital político para essas rotas de ingresso nesse meio.

Outro fator importante quanto à rentabilidade da Lei de Cotas é a deficiência na fiscalização e a inexistência de sanções para punir os partidos que não cumprem os percentuais exigidos pelo dispositivo da Lei. Desse modo, os partidos por vezes, burlam a efetividade da Lei empregando “candidaturas laranja”. Estas são inscritas e lançadas sem o mínimo de preparo de seu representante ou *marketing* eleitoral, impossibilitando assim a real eleição daquela candidata. Uma manobra utilizada para preencher o mínimo de candidaturas exigidas por sexo.

A fragilidade das cotas para reverter a lógica da sub-representação feminina, engloba como apontado anteriormente, uma junção de fatores que se centram em aspectos de caráter cultural, institucional e normativo. Desse modo, Prá (2011) questiona que importantes temas são negligenciados nas agendas parlamentares e nas políticas públicas, como os direitos humanos das mulheres (problemas relativos à saúde sexual e reprodutiva), trabalho e educação, déficit de representação política e violência contra a mulher. “esses e outros problemas com implicações evidentes para o conjunto social, desnudam o predomínio de uma cultura política excludente, responsável por alijar as questões das mulheres e as de gênero do debate político e, conseqüentemente, da agenda pública.

1.2 A entrada no campo de pesquisa: questões metodológicas

A construção do conhecimento científico se dá através da relação entre a teoria e a prática, da observação, ruptura, constatação e compreensão da realidade social. Assim, propõe-se aqui a realização de um estudo antropológico, de um olhar antropológico sobre o fenômeno da política.

Desse modo, entramos em um universo no qual nós pesquisadores também estamos inseridos, essa realidade permeia nosso contexto cultural e norteia nossas apreensões construídas através de processos de socialização. Nesse sentido, propomos um olhar sobre o que não nos é distante ou estranho, mas sim do que nos é próximo e familiar. A realização desta compreende a execução de uma dupla tarefa proposta por DaMatta (1978): a transformação do exótico em familiar e do familiar em exótico. A primeira etapa desse processo se direcionaria àquilo, que tradicionalmente, os antropólogos fizeram desde a constituição da disciplina, que seria revelar e expor os enigmas sociais situados em sistemas de significação incompreendidos pelos meios sociais daquela época. A segunda etapa dessa transformação parece corresponder ao momento presente, quando a antropologia se volta para a nossa própria sociedade, com o objetivo de descobrir o que há em nós, nas nossas instituições e nas nossas práticas políticas e religiosas. Desse modo, DaMatta aponta que o problema constitui-se em deixar de lado a capa de membro de uma determinada classe ou grupo, para assim poder “estranhar” alguma regra social familiar e nela descobrir o exótico, o que está arraigado em nós pelos costumes e pelos processos de socialização e legitimação. É necessário certo desligamento emocional, já que a familiaridade do costume foi obtida via coerção socializadora.

Intermediado pelo contato e a empatia, colocar-se no lugar do “outro” exige um aprofundamento e entendimento da distância social e da distância psicológica que se estabelece naquele universo. Velho (1978), ao tratar da abordagem exótico-familiar/familiar-exótico, explica que podemos compreender melhor pessoas de outras culturas do que aquelas que compartilham a mesma cultura que a nossa. O que sempre vemos pode ser familiar mas não necessariamente conhecido, e o que enxergamos como exótico pode ser, até certo ponto, por nós conhecido. Assim, Velho afirma que possuímos mecanismos que nos familiarizam com cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos, isto no entanto, não significa que

conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores de uma situação social, nem as regras que estão por trás de suas interações. Sendo assim o pesquisador membro da sociedade, põe em questão seu lugar e suas possibilidades de relativizá-lo e pôr-se no lugar do “outro”.

Nesse sentido, Kuschnir (2005) afirma que a pesquisa em grandes centros urbanos permite que o pesquisador circule por diversas tradições culturais e visões de mundo distintas. Com isso, este encontra diferentes níveis de compreensão sobre aquilo que acredita tratar-se de “exótico” e “familiar”, dentro da sua cidade, daquele universo ao qual o pesquisador também faz parte. Para a autora, conforme aumenta a experiência no campo, o pesquisador aprofunda sua capacidade de compreensão, percebendo que naturalizou certos significados e ignorou outros, dado este que se aplica devido aos processos de socialização que incorporamos ao longo da vida social. Ao discutir a divulgação dos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo Kuschnir propõe que façamos uma reflexão sobre o processo de obtenção dos mesmos:

Devem estar explicitadas nos relatórios de pesquisa questões como a forma de entrada do pesquisador no campo, os acordos realizados e os laços sociais acionados e evitados. Não se trata apenas de satisfazer a curiosidade dos leitores, mas de usar esses dados como objeto de análise das categorias de entendimento do próprio universo estudado. (KUSCHNIR: 2005, p. 27)

A antropologia, desde a sua fundação, dedica-se a construção de um conjunto de procedimentos que levam o pesquisador a tentar compreender o mundo do outro. Nesse sentido, Geertz ao discutir a instituição da antropologia como uma ciência interpretativista, afirma que para “se compreender o que é a ciência, você deve olhar em primeiro lugar, não para as suas teorias ou descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela, você deve ver o que os praticantes da ciência fazem”. (GEERTZ: 1978, p. 15). Assim, como define o autor, em antropologia o que os praticantes fazem é a etnografia.

Desse modo, compreender a prática etnográfica, requer algumas considerações quanto às primeiras formações teóricas propostas pela antropologia. Os primórdios desta, basearam-se em visões alicerçadas em construções literárias (século XIX).

O evolucionismo propôs a humanidade a partir de uma ordem de classificação etnocêntrica, através de uma espécie de comparação horizontal, onde todas as sociedades eram compreendidas a partir de graus de evolução. Lewis Morgan, um de seus principais representantes, criou formas de classificação evolutivas e definiu sociedades a partir das

categorias de selvageria, barbárie e civilização. Sob esse mesmo aspecto, James Frazer, em uma de suas principais obras, *O Ramo de Ouro*, discute a história da evolução espiritual da humanidade (evolução linear), a partir das concepções de magia, religião e ciência; considera esses três aspectos responsáveis por tecer e constituir a história da humanidade. É necessário ressaltar que esse período não se caracteriza pela prática efetiva da etnografia. Não havia “contato” com esse outro, não havia a realização de trabalho empírico, de idas ao que, posteriormente, será reconhecido como campo de pesquisa.

A formação da antropologia americana, representada por Franz Boas, caracteriza-se como a “geração intermediária” entre a antropologia de gabinete, comum até aquele momento, e a etnografia (o trabalho de campo). Nesse sentido, os escritos de Boas propõem a ruptura com a ideia do evolucionismo, o rompimento com a ideia de uma história unilinear. Compreende a cultura como algo autônomo e entende cada sociedade a partir da lógica cultural que cada uma produz, propõe analisá-las dentro de seus contextos. Entende que a vida social é estabelecida a partir de artefatos culturais do passado que são reinventados no presente. É diante desse contexto de produções que a antropologia se depara com a necessidade de se fazer o trabalho empírico, a fim de conhecer determinada realidade social. Instaure-se assim, uma mudança teórico-metodológica em relação aos evolucionistas. Entende-se como necessária a ida a campo para que assim seja possível compreender o sentido que as práticas cotidianas dão a determinado meio social.

Nessa esteira, Malinowski inaugura este campo e define um método. Em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, tem como preocupação central descrever os métodos utilizados na coleta do material etnográfico. Ao descrever o sistema econômico *kula* e as formas de organização social dos trobriandeses, o autor propõe que os resultados da pesquisa científica sejam apresentados de maneira clara e honesta. O trabalho etnográfico, segundo Malinowski, “só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e de outro as inferências do autor” (MALINOWSKI: 1984, p. 22). Este novo meio em que se instaura a antropologia e que é inaugurado por Malinowski reivindica a autoridade etnográfica o “estar lá”. Desse modo, o autor se inseriu na comunidade trobriandesa, a fim de “viver” como aquelas pessoas (pensar como o outro, viver o outro), a proposta é de uma imersão completa, de uma observação minuciosa.

Malinowski afirma ser necessário o etnógrafo munir-se da teoria científica apropriada, pois assim este terá maiores possibilidades de levantar problemas pertinentes

ao seu meio de pesquisa. O autor nos aponta como aspectos fundamentais do trabalho etnográfico, a compreensão da constituição tribal e dos atos culturais cristalizados, os dados referentes à vida cotidiana e ao comportamento habitual dos nativos e os pontos de vista, as opiniões, as palavras dos nativos.

Seguindo a tradição e influência dos pressupostos malinowskianos, Evans-Pritchard, antropólogo britânico, considera como primeira exigência para que se possa realizar uma pesquisa de campo, o treinamento rigoroso em teoria antropológica que permita que o pesquisador saiba o que e como observar e o que é teoricamente relevante. Suas considerações sobre o trabalho e descrição etnográfica, se fazem presentes em sua imersão juntos aos povos azande, que deu origem à sua obra *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Para Evans Pritchard (2005), todo saber é relevante para nossas pesquisas, ainda que este não seja classificado como antropológico podendo influenciar a direção de nossos interesses, nossas observações e a maneira como apresentá-los.

A observação participante, segundo Evans-Pritchard, deve constituir-se como uma prática na qual o pesquisador deve viver a vida do povo que está estudando. Ele ainda ressalta que se entra em uma outra cultura, mas que ao mesmo tempo guarda-se uma distância dela, já que esta não se trata de nossa própria cultura. Assim, o pesquisador encontra-se em dois mundos mentais distintos, construídos segundo apreensões, valores e categorias de difícil conciliação.

Para Geertz (1978), a etnografia trata-se de um “empreendimento” no qual fazemos investimentos físicos e intelectuais. Esta é algo que requer minúcia e riqueza de detalhes. O antropólogo precisa entender os sentidos e intenções dos atores sociais; Geertz ao descrever as “piscadelas” nos ensina que aquilo que emerge nem sempre está declarado, explícito. Dessa forma, o papel do antropólogo consiste em entender aquele cenário, descrevê-lo, compreendê-lo e então interpretá-lo.

O que o etnógrafo enfrenta de fato é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (GEERTZ, 1978. p.10)

A antropologia busca entender essa “teia de significados”, de sentidos, que regulam a vida social. Apreender o “texto” socialmente construído pela cultura, através dos códigos significantes e simbólicos, emitidos pelos atores sociais.

Para o autor, ao se compreender o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Praticar

a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, manter um diário, mas para Geertz, não são esses procedimentos que definem o método. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa, algo denominado como “descrição densa”. Um empreendimento árduo que requer concentração, observação, sensibilidade, minúcia. Ele enfatiza ainda que os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e interpretações estas de segunda e terceira mão, pois apenas o nativo é capaz de fazer uma interpretação em primeira mão – “é sua cultura”. Considera-as ficções, no sentido de serem construídas e modeladas.

Desde a sua fundação, a antropologia tem ampliado cada vez mais seus *locus* de pesquisa e diversificado seus temas de investigação. Assim, com o advento da internet, da comunicação em rede e mais recentemente das mídias e redes sociais, estudos antropológicos tem dedicado seus esforços à compreensão desse fenômeno social. Autores como Lévy (1999) compreendem esse meio a partir da concepção de ciberespaço, um ambiente comunitário, transversal e recíproco, onde os sujeitos, em tese, estão todos conectados e em potencial relação de equilíbrio, podendo estes serem emissores e receptores das informações que circulam na rede.

Diante desse contexto de transformações, instituem-se as chamadas netnografias ou ainda, etnografia virtual. Para fins de maior simplificação, aqui será adotado o termo netnografia, que designará a etnografia em meio virtual que utiliza alguns dos pressupostos clássicos empregados pelos etnógrafos para apreender o fenômeno social e cultural no espaço digital.

Polivanov (2013) ao discutir as etnografias em meio virtual, faz uso das concepções da autora Cristine Hine, que entende a internet como algo que representa um lugar, um ciberespaço, onde a cultura se constrói e se reconstrói, esta entende ainda que a internet configura-se como um artefato cultural, um produto da cultura. Nessa discussão, Polivanov (2013, p. 64) aponta o papel do pesquisador e seus graus de inserção nesse meio. Desse modo, ela apresenta dois tipos de pesquisador: o silencioso (*lurker*) e o insider. O primeiro tipo seria aquele que apenas observa determinado grupo social, objetivando interferir o mínimo possível em suas práticas. Com isso, o pesquisador não se manifesta, apenas dedicando-se à observação do comportamento dos outros. O outro tipo, o insider, este se insere no ou tem ligações próximas com o objeto de estudo, aqui seu comportamento não é apenas o de um observador, há uma “imersão, internalização, consciência de alteridade e engajamento do pesquisador nas comunidades”.

Termos como netnografia, etnografia virtual, webnografia e ciberantropologia, foram construídos sobretudo nos anos 90 para tentar dar conta da “adaptação” do método etnográfico para os meios digitais. Ora estes são tomados como sinônimos, ora como termos específicos com definições distintas. O que irá em grande medida diferenciar as pesquisas em ambientes digitais que se utilizam da etnografia, são as terminologias propostas para dar conta dessa “adaptação” do método etnográfico para o mundo virtual e suas implicações.

Como nos coloca Polivanov (2013, p. 67), a premissa básica da etnografia do contato e aproximação com o objeto de estudo, deve ser redirecionada, propondo-se então o conceito de netnografia para demarcar a diferenciação e “adaptação” da etnografia aplicada a ciberespaços. A autora destaca também que a netnografia não seria uma atualização dos preceitos etnográficos clássicos para os ambientes digitais, mas uma reinvenção de uma atitude, de uma atividade interpretativista, sustentada pela prática da observação participante “e pelo jogo circular entre as posições de familiaridade e estranhamento vital à antropologia do cotidiano”, (POLIVANOV: 2013, p.68).

Segundo Kozinets (2014, p. 9-10), “a netnografia é uma forma especializada de etnografia adaptada às contingências específicas dos mundos sociais de hoje mediados por computadores”. De maneira enfática, o autor nos coloca que as experiências sociais *online* são significativamente distintas da face a face. O ingresso numa comunidade ou cultura *online* é diferente. Ele varia de acordo com a acessibilidade, abordagem e extensão do potencial de inclusão. O termo participação também se distingue quando aplicado ao espaço *online* e ao contato realizado pessoalmente;

A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. (KOZINETS: 2014, p. 61-62)

Para o autor, a netnografia segue seis passos que também são aplicados a etnografia: “planejamento do estudo, entrada, coleta de dados, interpretação, garantia de padrões éticos e representação da pesquisa”. (KOZINETS: 2014, p. 62).

A pesquisa de campo é algo árduo que requer muita dedicação, paciência e tempo. Antes de irmos a campo, há sempre uma enorme preocupação em se preparar e tentar se antecipar a todos os problemas e percalços que esta possa nos trazer. Desse modo, nos imbuímos de diversas leituras, do compartilhamento das experiências de vários autores que descrevem detalhadamente esse momento, das conversas, conselhos e sugestões de

nossa orientadora, na tentativa de que essa fase essencial à pesquisa, transcorra do modo como esperamos, com êxito e sem maiores surpresas.

No entanto, só quando vivenciamos aquele momento é que realmente conseguimos compreender o que é realizar a pesquisa de campo, o que é entrar em um ambiente desconhecido que suscita suas dificuldades, ou também num ambiente que faz parte da sua realidade social, do seu convívio, gerando desse modo, outros tipos de dificuldade. Se fazer presente num ambiente afim de observá-lo, questioná-lo, analisá-lo, é algo que incomoda os outros que dele fazem parte. Nossa presença como já relatou Geertz, ao descrever as brigas de galo e William Foote Whyte, ao analisar a comunidade de Cornerville, é por vezes indesejada. Assim, nós enquanto pesquisadores, temos que conquistar a confiança daquele “outro” e tentar fazer com que a nossa presença seja a mais natural possível.

As nossas anotações constantes, nossos olhares atentos, nossas perguntas curiosas, por vezes insistentes, nossos gravadores, câmeras e celulares, são também muitas vezes, vistos como meios inibidores e que geram desconfiança naqueles que estão sendo observados constantemente. Lidar com esses tipos de situações é uma das tarefas do pesquisador, que necessita se fazer aceito e confiável.

Diante dessas questões e inquietudes, próprias do pesquisador, no início do mês de maio de 2016, fiz minha primeira incursão ao meu locus de pesquisa, a Assembleia Legislativa da Paraíba, localizada na cidade João Pessoa. Por se tratar de um ambiente repleto de hierarquizações, regras, formalidades e até certo ponto desconhecido, essa primeira experiência trazia para mim diversas apreensões, dúvidas e até mesmo medo. A forma como seria tratada, recebida era algo que me incomodava muito, pois em meu imaginário, aquele seria um ambiente de difícil acesso e que desse modo, poderia comprometer a plena realização da pesquisa. Contudo, ao me deparar com aquele espaço e me ver fazendo parte dele, pude perceber que os meus anseios estavam sendo muito maiores do que aquilo que agora eu vivenciava. Após o primeiro contato com aquele ambiente, no qual participei de uma sessão especial em alusão ao Dia das Mães. Minhas posteriores visitas tornaram-se para mim mais tranquilas e habituais, pude aos poucos ir me sentindo mais ambientada no local, com maior liberdade e mais confortável para interagir com os funcionários da Casa e com aqueles que poderiam me colocar em contato com as deputadas. Assim, por uma semana, fui diariamente a Assembleia, sempre no mesmo horário e pude acompanhar uma sessão de caráter especial, que são realizadas nas segundas ou sextas-feiras e uma de caráter ordinário, que são aquelas que ocorrem nas

terças, quartas e quintas-feiras, de fevereiro a julho de 2016 e de agosto a dezembro do mesmo ano.

Na volta a cidade de João Pessoa, cerca de um mês e meio após a primeira ida, fui na intenção de acompanhar outras sessões parlamentares e assim, me inteirar ainda mais da rotina da Casa e, sobretudo, das deputadas, pois na primeira visita, só tive a oportunidade de observar a atuação das deputadas Estela Bezerra e Camila Toscano, a deputada Daniella Ribeiro não estava presente em nenhuma dessas ocasiões. No entanto, nesse retorno, ao chegar na Assembleia constatei que a mesma estava fechada, os deputados encontravam-se em recesso. Naquele momento, fiquei um tanto frustrada com o fato de não poder realizar aquilo que havia me preparado para fazer.

Passada aquela sensação, comecei a me dedicar as tentativas de realização das entrevistas com alguma das deputadas. Assim, entrei em contato com o assessor da deputada Camila Toscano, Rômulo Azevedo. O primeiro contato que havia tido com ambos, foi na primeira sessão que acompanhei na Assembleia no mês de maio, os dois me disponibilizaram seus cartões para que eu posteriormente pudesse marcar esse encontro. A partir de contato via telefone, marcamos a entrevista para o dia 11 de julho de 2016, uma quinta-feira, às 10 horas da manhã em um edifício comercial da cidade de João Pessoa, onde a deputada possui um escritório particular. De maneira cordial e até mesmo descontraída, a deputada nos recebeu. Eu estava acompanhada de uma colega de pesquisa, que também pesquisa nessa área, tendo assim o mesmo interesse em conhecer a trajetória pessoal e pública da deputada e a sua atuação enquanto parlamentar. Desse modo, realizamos a entrevista em conjunto, intercalando perguntas de interesse mútuo e outras mais pontuais, de acordo com cada uma de nossas pesquisas.

Da mesma maneira, utilizei os contatos que tinha de pessoas próximas a deputada Estela Bezerra para assim conseguir o contato de sua chefe de gabinete, Mayara, que tratava diretamente com a deputada. Após algumas conversas via troca de mensagens, foi marcada uma conversa para o dia 13 de julho de 2016. No entanto, a mesma não pode ser realizada em razão da agenda de viagens da deputada e por uma indisposição de saúde. Passados alguns dias, ao ficar sabendo que a deputada Estela estaria em uma exibição de filme no Espaço Cultural de João Pessoa, me desloquei até o local para tentar fazer algum tipo de contato. Ao chegar no evento, logo fui apresentada a deputada e expus meu interesse em conversar com ela. Naquele momento já pude obter algumas impressões quanto a minha investigação, através da fala da deputada ao me perguntar de que especificamente se tratava a minha pesquisa. Então ela me pediu para que eu entrasse

em contato com sua chefe de gabinete, para que assim, a mesma marcasse a data e horário de nossa conversa. Desse modo, no dia 19 de julho de 2016, às 9 horas da manhã, também em um edifício empresarial da cidade de João Pessoa, onde a deputada também possui uma sala. Da mesma forma, fui acompanhada de minha colega de pesquisa e a dinâmica da entrevista ocorreu assim como a com Camila Toscano.

A entrevista analisada com a deputada, Daniella Ribeiro, foi realizada no dia 07 de julho de 2013, logo após ela ter disputado a prefeitura do município de Campina Grande e não ter obtido êxito, tendo sido derrotada, já no primeiro turno. Na ocasião, desenvolvia Projeto de Pesquisa PIBIC sobre a construção da imagem pública das mulheres candidatas à prefeitura municipal e a deputada desempenhava seu primeiro mandato junto à Assembleia Legislativa. A entrevista foi realizada na granja de sua família na cidade de Lagoa Seca. Outra rápida entrevista foi realizada com ela em 13 de fevereiro de 2017, na cidade de João Pessoa, durante o traslado da mesma, de sua casa até a Assembleia.

II CAPÍTULO - As mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba

2. O feminino na Assembleia Legislativa: Quem são essas mulheres?

Camila Araújo Toscano de Moraes nasceu em João Pessoa, na Paraíba, no dia 15 de outubro de 1980, é formada em Direito pelo Unipê (Centro Universitário de João Pessoa). Foi eleita deputada estadual pelo Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) com 32.682 votos (1,63%). É filha do ex-deputado estadual e atual prefeito (reeleito no pleito de 2016) da cidade de Guarabira (PB), Zenóbio Toscano e da também ex-deputada estadual e ex-prefeita de Guarabira, Léa Toscano. A deputada cumpre seu primeiro mandato. Este é seu primeiro contato com a vida pública. Atualmente é membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia, da Comissão de Constituição e Justiça e presidente da Comissão dos Direitos da Mulher.

Durante a entrevista realizada no dia 14 de julho de 2016, no seu escritório, localizado na cidade de João Pessoa, a deputada Camila Toscano falou um pouco de sua trajetória, das influências que recebeu e de quais caminhos percorreu para chegar na ALPB. Antes de ter a política como sua atividade principal, a deputada advogava, tinha como rotina as idas ao Fórum e a análise de processos, ela considerou que este meio, apesar de possuir muitas mulheres atuando, é como a política, repleto de preconceitos.

A vida particular com filhos, família é muito mais tranquila, voce tem seu horário de trabalhar mas você tá mais tranquila, você não tem viagem... porque por mais que Assembleia pare, entre em recesso, a atividade política não para, esse ano que é um ano de eleição, você continua trabalhando, você não pode parar. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Para ela, a entrada na vida pública, não se tratava de um projeto de vida e foi o convívio direto com a atuação de seus pais na política que a fizeram estar hoje nesse meio. “Influência do meu pai e da minha mãe, meu pai é político minha mãe também. Eles tão nisso há 35 anos, desde que eu nasci, então eu passei a minha vida toda acompanhando ele e entrei por uma situação partidária, precisava do candidato e escolheram meu nome, por isso eu entrei, a influencia vem deles”. Segundo a deputada, os pais se completam muito politicamente falando, seu pai seria o lado extremamente racional na política e sua mãe a que “faz a parte social”. Assim, a sua atuação hoje, enquanto agente pública, se baseia no que ela retira de cada um dos dois.

Quando questionada quanto a existência de algum tipo de resistência por parte de sua família ou de pessoas próximas a ela por ser uma mulher que buscava entrar no espaço da política, ela afirmou não ter havido isso pois vive a política desde que nasceu.

A minha mãe, mulher foi prefeita há 20 anos, imagina o que ela passou pra ser candidata, pra ser prefeita há 20 anos. Hoje a gente ainda tem essa dificuldade, imagina 20 anos atrás? Ela foi prefeita de 96 a 2004 e foi deputada antes de mim, então eu entrei na assembleia, vamos dizer, no lugar dela, na vaga dela... não teve resistência porque os dois já foram deputados, ele por cinco mandatos e ela por um. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016).

Outro ponto levantado pela deputada foi o de ter consciência da importância do nome de seus pais, do “nome de família”, para que ela pudesse consolidar uma posição na política partidária.

Na verdade eu peguei muito gancho e o nome dos meus pais, então as pessoas não me conheciam mas conheciam meu pai e minha mãe pelo trabalho e como eu entrei como uma sucessora dela principalmente, as pessoas acreditaram muito nisso... foi nesse gancho que eu fui levada, de ser a filha de Zenóbio... na confiança do nome dele... agora eu já tenho consciência que se eu me candidatar na próxima não será mais, aí será pelo meu trabalho... eu entrei na Assembleia como filha dele mas hoje não mais. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

A outra deputada, Daniella Veloso Borges Ribeiro, nasceu em Campina Grande, na Paraíba, em 26 de março de 1972. É formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É filha do ex-deputado federal pela Paraíba e ex-prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro e irmã do atual deputado federal e ex Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. Iniciou sua trajetória política candidatando-se a vice-prefeita de Campina Grande na chapa de Rômulo Gouveia em 2004, não obtendo êxito. Em 2008 foi eleita vereadora de Campina Grande com 6.838 votos. Já no ano de 2010 elegeu-se para seu primeiro mandato como deputada estadual pela Paraíba, com 29.863 votos. No ano de 2012 afastou-se da Assembleia para disputar o cargo de prefeita em Campina Grande, sem êxito. Foi reeleita e exerce atualmente mandato de deputada estadual com 46.938 votos (2,34%) pelo Partido Progressista (PP).

Antes de se inserir de fato na vida pública como parlamentar, a deputada Daniella Ribeiro desenvolvia a atividade de pedagoga. “Eu ensinei em universidades, trabalhei na área de educação, prestei assessoria na área de educação em algumas prefeituras”. Como

ela sempre afirma, o convívio com a prática política se deu desde cedo através da participação na vida pública de seu pai, Enivaldo Ribeiro:

Apesar de ter meu pai na política mais de 30 anos de vida pública, nunca foi uma obrigatoriedade nenhum dos filhos serem políticos por conta disso... Aqui em casa somos quatro irmãos, dois homens e duas mulheres, meu pai político, por vocação, ele gosta daquilo que faz, e desses quatro irmãos, dois optaram pela política, eu porque gostava muito, sempre gostei de participar, desde pequena quando meu pai foi prefeito em Campina Grande, eu amava, ia visitar as obras com ele... com uns 12 anos meu pai candidato a prefeito, comecei a participar nos bastidores, fiscalização, vocês lembram que era a votação da cédula... e você tinha que montar toda uma estrutura de fiscalização, ia para os comícios, ia pra tudo, então a partir daí, tava lá um desejo muito grande no meu coração. (Entrevista Daniella Ribeiro, 07 de julho de 2013).

Ainda que a vida pública, na política fosse algo intrínseco a sua família, a deputada afirmou que no início, para o seu pai, esta seria preferencialmente uma prática dos homens da família. “Meu pai sempre foi muito protetor, ele achava que mulher sofria com política, então não dava certo mulher, o sonho dele era os filhos homens mas eu queria.” Só com o tempo e com o desinteresse de seu outro filho homem, que, como contou a deputada, seu desejo de fazer parte daquele espaço, de ter o seu mandato, foi aceito e apoiado pelo seu pai. Assim, ela disputou o cargo de vice-prefeita em 2004, na cidade de Campina Grande, mas só em 2008 elegeu-se pela primeira vez, como vereadora, obtendo o maior número de votos para o cargo e sendo a mulher mais votada do pleito.

Estelizabeth Bezerra de Souza nasceu em João Pessoa, na Paraíba, em 18 de março de 1967. É formada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi coordenadora de Políticas para as Mulheres na prefeitura de João Pessoa, onde ainda ocupou as pastas de Transparência, Orçamento Democrático e Planejamento. Disputou o cargo de prefeita na cidade de João Pessoa em 2012, sem obter êxito. Atuou ainda como secretária estadual de comunicação e Chefe de Gabinete no primeiro mandato do governador Ricardo Coutinho. Foi eleita para seu primeiro mandato, como deputada estadual, com 34.929 votos (1,74%) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Atualmente é membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, preside a Comissão de Constituição e Justiça, é membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Educação, Cultura e Desportos, além de ser vice-presidente da Comissão de Direitos da Mulher.

Compreendendo a política como uma atividade ampla, de reivindicações de direitos para a sua comunidade, a deputada Estela Bezerra nos contou que sua atuação política iniciou-se cedo, por volta dos 13 anos, na cidade de João Pessoa, quando ela se organizava com outras pessoas para ter direito a um transporte público que contemplasse seu bairro. A luta pelo direito dos estudantes de pagar meia entrada nos ônibus e meia entrada nos cinemas foi algo que também mobilizou a deputada. O período de abertura democrática e as grandes mobilizações que ocorriam na época, contribuíram para o despertar do seu interesse pela vida pública.

Na universidade eu encontro o feminismo, e aí através do feminismo que eu compreendo uma série de desigualdades que existia, que eu era vitimada e que eu não conseguia entender porque... foi o feminismo e sua teoria de gênero que me fez compreender, ter uma leitura crítica disso, fui ativista feminista durante a minha juventude completa e é através do feminismo que eu sou indicada pra primeira gestão pública participativa...que é a gestão de Ricardo Coutinho em 2005, 2004 eu participo da primeira Conferência Nacional das Mulheres, sou produtora de Encontro Nacional Feminista em 2000, aqui em João Pessoa na Paraíba, participo de encontros internacionais, já tenho uma formação sólida, já sou uma representante local e nacional do movimento feminista quando sou indicada para assumir o primeiro equipamento, mecanismo de produção de política pública para a mulher, da Paraíba, que é a Coordenadoria de Políticas para as mulheres em João Pessoa, passo dois anos nessa secretaria...fui secretaria de Transparência Pública... fui secretaria de Planejamento... a partir da experiência dos movimentos sociais, de gestões de vários mecanismos da própria gestão e da secretaria de Planejamento que em 2012 eu fui escolhida pelo partido pra ser candidata a prefeita, foi assim que eu entrei na política partidária... 2014 candidata a deputada estadual, logrei êxito. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

As trajetórias de vida, os meios utilizados para se inserir na vida pública e política, são fundamentais para tornar possível a compreensão da atuação dessas mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba.

2.1 Sessões Parlamentares: Uma descrição etnográfica

No dia 14 de abril de 2016, foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande, audiência pública (sessão conjunta) com o objetivo de discutir os direitos das mulheres. Essa foi uma iniciativa da deputada estadual Estela Bezerra, que havia realizado sessão de mesmo tema na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), na cidade de João Pessoa, no ano anterior. Após contato com o presidente da Câmara dos Vereadores, Pimentel Filho, a mesma pode ser realizada. Tive conhecimento deste evento através da minha orientadora que havia sido convidada para debater alguns aspectos dos direitos das mulheres, bem como da atual situação política nacional, em especial o papel e o peso do fator gênero nessas questões, já que o Brasil enfrentava o auge de uma crise política, durante o mandato da primeira mulher eleita presidenta no país.

Desse modo, pude acompanhar toda a sessão no chamado “salão nobre” da Câmara de Vereadores. Neste dia a Casa estava cheia de representantes populares de várias áreas que ocupavam a galeria reservada à população em geral, portando cartazes com algum tipo de reivindicação ou que expressavam descontentamento com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Assim, a sessão esteve tomada por gritos de “Não vai ter golpe, vai ter luta!”, expressão máxima espalhada por aqueles que se mostravam contrários a esse processo. Por diversas vezes a sessão foi interrompida por esse tipo de manifestação, tanto no momento de discursos que corroboram com a não consistência e credibilidade do processo, como com aqueles que acreditavam na legitimidade e necessidade. Esta ocorreu de maneira acalorada, a participação popular foi intensa.

Aquela sessão me chamou atenção pela diversidade de representantes, todas mulheres, de variados segmentos e movimentos sociais, líderes comunitárias, de movimento das mulheres camponesas, do MST, representantes do candomblé (Mãe de santo), do movimento feminista, professoras e pesquisadoras de universidades do Estado, líder do sindicato das trabalhadoras domésticas, do movimento de mulheres negras. A Câmara de Vereadoras encontrava-se movimentada, as atitudes das pessoas deixavam exalar seus sentimentos, suas convicções e preferências. Ali podia se ver pessoas de todos os lugares, de diferentes cores e origens sociais. Mulheres distintas em vários aspectos mas com um objetivo em comum, colocar sua voz, seus desejos e necessidades, individuais e coletivos, em um ambiente majoritariamente composto por homens e em

sua maioria, brancos, detentores de poder econômico e de certo capital cultural e intelectual. No entanto, aquela sessão inverteu essa realidade, lotando a Câmara de mulheres, brancas, negras, pobres, ricas, de diferentes orientações sexuais, religiões e de formações distintas.

Aquele também era meu primeiro contato com uma das deputadas estaduais da ALPB, ainda que de maneira indireta, pois nesse dia não pude me aproximar e me apresentar para a deputada Estela Bezerra. A entrada até o plenário foi controlada, e apenas os convidados e apresentados pelo presidente da mesa, podiam estar naquele local.

A audiência pública propunha discutir o direito das mulheres e a democracia. A iminência de um processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, sem que houvesse a comprovação de qualquer crime de responsabilidade, se caracterizaria como um golpe parlamentar, gerido por parlamentares, nada idôneos, que queriam tomar o poder sem a conquista do voto direto, a fim de assim, dar continuidade as suas negociatas escusas. Nesse sentido, tal ação se configurou como um golpe contra a democracia, que naquele momento foi calorosamente debatido. O ambiente que por diversos momentos deixou transparecer a enormidade de sentimentos que envolvem a arena política, por vezes chegou a me tomar, no entanto, achei prudente naquele momento de observação etnográfica, manter-me isenta das manifestações e acompanhar de maneira silenciosa e atenta.

A sessão daquela manhã, promovida através de ofício de realização de sessão conjunta, pela deputada Estela Bezerra e presidida pelo vereador Pimentel Filho, como dito, foi composta por representantes mulheres de vários setores sociais. Iniciada a sessão foram sendo chamadas para compor a mesa e o plenário da Câmara, a secretária de Educação do Município, Iolanda Barbosa, que representava o prefeito da cidade Romero Rodrigues. A representante da secretaria do Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Elnaide de Carvalho, Representando a OAB-PB (Ordem dos Advogados do Brasil), Carla Carvalho de Andrade Tejo. A diretora de cultura do centro acadêmico de Direito da UEPB, representando a mulher sertaneja, Isabela Moreira (poetisa). As professoras e pesquisadoras de instituições de ensino como a UFCG, UEPB e USP, Elizabeth Christina, Macionibia Fernandes, Nilda Câmara, Maura Pires, Geni, Jussara Costa. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, Shirlene dos Santos. Representando a Comissão da Mulher Advogada, Micaeli Oliveira. A senhora Gorete Rangel, Iamarorixá Dandara, (Mãe Gorete), representante das comunidades afro-ameríndias, que teve seu nome requisitado para ser chamado ao plenário várias vezes, por

diferentes pessoas porque ao que parece, ao que foi visto naquele momento, houve uma espécie de resistência por parte do presidente da Casa, Pimentel Filho, para que a mesma pudesse integrar a sessão.

Os discursos começaram com o agradecimento da deputada Estela Bezerra pela Casa receber a proposição e ressaltou a importância e relevância das mulheres na sociedade e a necessidade de proteção dos direitos destas para tornar possível um desenvolvimento igualitário e justo. Sua fala prosseguiu dando conta de sua trajetória pública, enquanto militante de movimentos sociais em prol da cultura, da juventude e das mulheres. Desse modo, a deputada destacou que desde cedo percebeu que entre nós havia muitas diferenças, de cores, de classe, de hábitos culturais mas que isso não precisava significar desigualdade e criar hierarquias. No caso das mulheres seria necessário fazer debates de reflexão para fortalecer políticas públicas e pensar a centralidade delas na vida e na sociedade brasileira. Estela Bezerra continuou falando do fenômeno da violência contra a mulher, onde por anos este não era tipificado como um crime de violência específica e que, mesmo atualmente, o assunto estando “as vistas da sociedade e da lei”, mulheres continuam a serem mortas por seus companheiros e ex-companheiros, e por isso “a sociedade criou mecanismos para impedir, para mudar essa cultura”.

Outro ponto pertinente levantado pela deputada, foi quanto a participação de mulheres na política e a existência do fenômeno da sub-representação;

Um outro lugar de desigualdade entre homens e mulheres, esse espaço onde nós estamos, esse espaço onde eu estou. Nós representamos 51% da população e ainda somos uma grande parte do eleitorado, mas nós estamos sub-representadas no espaço político... As pessoas me perguntavam, ah, é porque as mulheres não votam em mulheres? Não, simplesmente porque em cada partido nosso... qual dos partidos que consegue manter pelo menos a cota de 30% de mulheres concorrendo e nessa cota de 30% quais candidaturas que de fato tem competitividade, lastro e estrutura para poder ser competitiva, então é uma questão de probabilidade. De 12 candidatos 2 são mulheres e 10 são homens, é muito mais provável que uma maioria de homens, porque é probabilidade, chegue até a representação. Na violência, na política, e nos direitos sociais e ainda no estado social, existe uma desigualdade muito grande. (Estela Bezerra. Audiência Pública. 14 de maio de 2016)

A jornada de trabalho das mulheres que engloba a jornada do mercado, da vida pública, que por vezes tem sozinha a responsabilidade pela agenda doméstica, foi outro fato ressaltado pela deputada. As mulheres são responsáveis por manter a geladeira com

comida, que cuidam da agenda dos filhos na escola, que mantêm a casa limpa e harmoniosa. Esse trabalho desigual está refletido também nos salários desiguais, “as mulheres recebem 70% do volume do trabalho dos homens, ou seja, trabalhamos mais, recebemos menos”. Para a deputada esses fatores já justificavam a realização da audiência, “o esforço da nossa parte, que representamos a vida em sociedade, os pactos sociais em produzir tanto simbolicamente como materialmente, normativos legais, mecanismos que diminuam essa desigualdade e equilibre a nossa vida em sociedade”.

Para encerrar, Estela Bezerra, tomada também pelo momento de efervescência da política nacional, devido ao processo de *impeachment*, e claramente se posicionando contra a implementação do mesmo, justificou a importância da democracia para as mulheres, que na Constituição de 1988, “A Constituinte do Batom”, termo usado pela bancada feminina para designar a presença delas e de suas demandas nesse momento, “formulou um conceito de igualdade na nossa Constituição e esse conceito de igualdade foi materializado nos últimos anos”.

A audiência pública teve ainda a presença da capitã do 2º Batalhão da Polícia Militar, da presidente dos Clubes de Mães de Campina Grande, da senhora Ney Aparecida do MST (Movimento dos Sem Terra), da delegada Herta França da Delegacia da Mulher, além dos vereadores Alexandre do Sindicato, Murilo Galdino, Anderson Maia, João Dantas, Miguel Rodrigues e Napoleão Maracajá. Após a fala da deputada, as convidadas para o plenário, expuseram suas ideias, análises e reivindicações. A professora Iolanda Barbosa foi a primeira a falar, em nome do prefeito, brevemente falou de sua atuação enquanto secretária de educação. A coordenadora da Mulher de Campina Grande, Marli Castelo Branco, argumentou acerca das ações da coordenação em parceria com a prefeitura, no combate à violência contra a mulher, na oferta de cursos de capacitação, cursos profissionalizantes, que ajudam na retirada dessas mulheres vítimas do ciclo de violência.

A poetisa Isabela iniciou sua fala com a recitação de um poema exaltando a cultura nordestina, sertaneja, que assim como afirmou, tem sua poesia, seu canto, o cordel, tão discriminado, marginalizado, uma maneira de fazer alusão a condição histórica da mulher, que por séculos viveu e em alguns casos ainda vive, na “tangência da sociedade, a espera de migalhas de direitos que respingavam numa família extremamente tradicional, sendo apatriarcada pela figura masculina”.

Outro momento interessante e que inquietou os presentes no plenário e sobretudo, na galeria, foi a fala do deputado Alexandre do Sindicato, ao questionar falas anteriores

que se referiam ao modelo de família, as novas configurações da família brasileira. Assim, o vereador disse reconhecer como família apenas aquela que segue o preceito ensinado desde o princípio, criada no Éden por Deus, macho e fêmea. Ele ainda questionou: “qual seria o modelo ideal de família? Aonde estaríamos se não houver mais o princípio de crescer e multiplicar”. Ao ser vaiado pelas pessoas que ocupavam a galeria da Câmara, o mesmo afirmou não se constranger por ter suas opiniões e convicções cristãs. “Família pra mim é homem e mulher, o princípio daquilo que foi criado no Éden”.

A professora Nilda Câmara, referência na área de História e de defesa dos Direitos Humanos, exaltou sua condição de mulher que lutou pela democracia, de mãe, professora, migrante, militante de movimentos sociais. Em razão dessa sua experiência de vida, leu depoimentos de mulheres presas e duramente torturadas durante a ditadura militar no Brasil, relatados durante a Comissão da Verdade. Os depoimentos inquietantes, revelavam as ações mais cruéis, brutais e desumanas, que atingiam diretamente a condição da mulher, da mãe que acabara de dar a luz e era atormentada pela perda do seu filho e o medo de não vê-lo mais. Muito emocionada com as falas das mulheres, a professora, não teve condição de lê-los até o fim.

A também professora, Jussara Costa, do Departamento de Serviço Social da UEPB, e referência nos estudos de gênero e do movimento feminista, lembrou o protagonismo das mulheres na abertura democrática. Devido a extrema desigualdade entre homens e mulheres, a luta dos movimentos feministas e de mulheres nos anos 80, propiciou a construção efetiva de uma agenda de direitos sociais que embasaram a democracia. A sessão mulheres e democracia se fazia importante naquele momento, por enxergar que conquistas fundamentais estavam ameaçadas. A família tida como um espaço privilegiado para as mulheres, não é: “o observatório nacional da Lei Maria da Penha, aponta através de pesquisas sistemáticas, que a família é o lugar mais perigoso para as mulheres, pois 78% da violência contra as mulheres acontece no âmbito dessas famílias”.

A delegada Herta França, exaltou o trabalho da delegacia da mulher na assistência as vítimas, na repressão ao agressor, e ressaltou a importância desses debates que discutem as questões das mulheres, da participação delas na política, da importância do legislativo na propositura de medidas que auxiliem no enfrentamento desse tipo de violência. “A violência contra a mulher é fruto dessa cultura machista, patriarcalista, que se estabeleceu e de tão forte, temos resquícios até hoje”.

A professora Elizabeth Christina denunciou a prática de misoginia, muitas vezes dirigida às mulheres que disputam espaços de poder e trouxe dados estatísticos que demonstram, de maneira cabal, a situação de sub-representação das mulheres nos espaços de poder.

Os discursos dos vereadores Pimentel Filho e João Dantas, já no encerramento da sessão, se destacaram em meio a tantas falas que exaltavam o protagonismo e autonomia das mulheres e a necessidade de se proporcionar cada vez mais condições para que todos os espaços da vida social sejam por elas conquistados. Os dois vereadores ao elogiarem a realização da sessão e destacarem sua importância, revelaram em seus discursos, ainda que de maneira um tanto velada, concepções tradicionalmente e culturalmente construídas quanto ao papel das mulheres na sociedade. O vereador João Dantas, disse estar cercado de “valorosas, belas, lindas mulheres”. E que estas são ainda a “base piramidal da sociedade, expressão da vida em sua essência, não são valoradas em sua generosidade, beleza, grandeza empréstimo do ventre para gerar a vida”. Da mesma forma, o vereador Pimentel Filho, afirmou que sua esposa é “sem sombra de dúvidas fundamental na minha vida, em tudo. Na política, na vida empresarial. Trago ela aqui pra me ajudar, 70% dos problemas que acontecem já chegam resolvidos pra mim. Acredito muito na sensibilidade da mulher”. As afirmações dos dois vereadores, apontam as mulheres como seres conciliadores, sensíveis, que se doam em prol dos outros (maridos e filhos), e que sobretudo, “ajuda” os homens, ideários esses ainda naturalizados em nossa sociedade quando referidos às mulheres.

Já em outra experiência, desta feita na Assembleia Legislativa, se deu no dia 09 de maio deste ano, numa manhã em que era realizada uma sessão especial em comemoração ao Dia das Mães. Ao chegar na Assembleia, sem conhecer o interior do prédio nem saber o que haveria naquela manhã, procurei um dos seguranças que lá estavam para me informar. Ao tomar conhecimento do que haveria, entrei em um dos corredores em busca de um local que me fosse permitido assistir a sessão, devido ao meu desconhecimento, fui parar na porta de entrada do plenário da Assembleia, que só teria acesso os deputados e pessoas convidadas. Por ter chegado cedo, antes do início da sessão, ainda haviam poucas pessoas, e desse modo, entrei no plenário, sem que me pedissem qualquer tipo de explicação por eu estar ali. Desse modo, pude acompanhar a sessão diretamente do plenário da Assembleia, tendo assim acesso privilegiado aos convidados e a tudo que seria ali discutido.

A sessão de propositura do deputado Bruno Cunha Lima, que presidiu a mesma, contou também com a presença da deputada Camila Toscano, vice presidente da sessão além dos também deputados Ricardo Barbosa e Renato Gadelha. Do senhor José Ricardo Porto, desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba, do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, José Aurélio. Da desembargadora, Maria de Fátima Bezerra Cavalcante, uma das homenageadas que compunha a mesa. Da vereadora de João Pessoa Elisa Virginia, também homenageada. Da mãe do deputado Bruno Cunha Lima, a senhora Elieze Cunha Lima. Da presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campina Grande. Nilce França. Da presidente da AMA Campina Grande (Associação dos Pais e Amigos dos Autistas) e a presidente da AMA João Pessoa, Lourdes Almeida. Duas das homenageadas não puderam comparecer, a ex vereadora de Campina Grande, Maria Lopes Barbosa, mãe do deputado Ricardo Barbosa e a senhora Margarida Mota Rocha, presidente da APAE de Campina Grande (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Naquele dia, o plenário da Casa estava estruturado de uma maneira não habitual. Diferentemente do que é observado nas Assembleias Estaduais de todo o País e na Câmara Federal, onde as mulheres compõem apenas 10% da representação, a Casa paraibana estava repleta de mulheres que compunham uma maioria. Todas ali presentes com um único intuito, reafirmarem seu papel de mãe diante da sociedade paraibana. Senhoras distintas, muitas delas representantes da Rede Feminina de Combate ao Câncer, compunham a maior parte do plenário. As roupas das senhoras pareciam se tratar de uma marca de distinção, todas muito bem penteadas, maquiadas, alinhadas a concepção de mulher bem vestida e vaidosa. As mulheres que estavam presentes no plenário e as que integravam a mesa de homenageadas estavam ali como representantes das mães paraibanas. No entanto, foi possível observar a partir dos discursos, da maneira de se portar, de se vestir, de qual realidade social falava cada uma daquelas mulheres, que aquele espaço era composto por apenas um setor da sociedade: a elite, isto é, de mulheres detentoras de certo *status* social, de maiores oportunidades econômicas e intelectuais. A maioria das mães paraibanas não estavam ali representadas, as mães solteiras, pobres, negras, sem as mesmas oportunidades de formação e instrução, enfim, mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A sessão que foi proposta por um dos deputados homens, só teve como representante das mulheres deputadas, Camila Toscano, sua colega pessoal dentro da Casa, como eles mesmos ressaltaram várias vezes durante o evento, além de serem

colegas de partido, ambos fazem parte do PSDB. A não presença das demais deputadas me deixou algumas indagações, não teriam sido elas convidadas por uma questão de afinidade partidária? Ou elas não puderam estar presentes devido a algum outro tipo de compromisso? Ou ainda, haveria algum tipo de especificidade quanto a qual mulheres poderiam estar ali?

A sessão teve início com a execução do Hino Nacional, e “em nome de Deus”, como enfatizou o deputado Bruno Cunha Lima ao abrir e fechar a sessão. Sua justificativa para a propositura da sessão foi a de poder homenagear uma figura muito mais do que simbólica, efetiva no nosso dia a dia. “A capacidade de reproduzir no dia a dia a maior virtude que Cristo ensinou, amar ao próximo como a si mesmo”. O deputado continuou dizendo que num momento de inversão de valores como o que estamos vivenciando, é fundamental a Casa prestar uma homenagem a todas elas “que mais que seu ventre, seu seio, emprestam o dia a dia, a vida, a comunhão, o amor, conseguem dar o melhor exemplo de que o amor altruísta, o amor sem esperar nada em troca, de fato existe”. Referiu-se ainda às mães de ventre, de adoção mães que adotam entidades, a exemplo das representantes da AMA e da APAE.

Como forma de saudar as mulheres/mães presentes, houve a entrega de ramalhetes de flores a algumas delas. A desembargadora Maria de Fátima encaminhou sua fala na mesma direção que a do deputado Bruno Cunha Lima, colocando a maternidade como algo divino e que permite a mulher o mais alto grau de amor e dedicação. Para ela, a homenagem proposta pelo deputado “demonstra a sensibilidade de sua personalidade, demonstra a nobreza do seu caráter”, não homenageando apenas a que lhe gerou mas todas as mães paraibanas, “o judiciário, aquela que faz o trabalho legislativo, aquela que faz um trabalho social, são mães que abraçam a maternidade, não só no seu lar mas a todos aqueles que choram”.

O reforço a esse papel determinante as mulheres, o de mãe, esteve presente em todas as falas, o discurso religioso como alicerce dessa condição foi também algo marcante em toda a sessão. A vereadora Elisa Virginia foi bastante contundente nesse sentido, afirmando que antes de ser uma mulher pública, missionária da igreja, “nós temos uma missão muito maior, nosso campo missionário é nosso lar”.

A maior conquista de uma mãe é o amor de seus filhos, o respeito de seus filhos... infelizmente algumas delas hoje, muitas vezes as mães, principalmente aquelas que não trabalham fora e almejam isso, almejam desempenhar algum papel fora e às vezes ficam muito chateadas porque só ficam em casa, não fiquem tristes porque esse ministério que você tem em casa é muito

importante... nós preparamos eles pra Deus, mas pra viver nesse mundo. Nós mulheres somos mais da metade do mundo, 52, 53% e somos mães da outra metade, já pararam pra pensar nessa responsabilidade? É muita coisa, a gente tem o poder em nossas mãos de mudar o mundo... Para todas as mães da Paraíba, vejam qual legado vocês estão passando para nossos filhos. (Elisa Virgínia. Sessão Especial. 09 de maio de 2016)

A presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, seguindo o tom dos discursos daquela manhã, colocou que “homenagem é carinho, carinho tem sua vertente no amor, amor é o que move as mães”. Se referindo ao deputado Bruno Cunha Lima, como “o menino dourado”, alusão a cor de sua pele branca e aos seus cabelos em tom claro, arrancou por diversas vezes risadas de todos que preenchiam o plenário da Assembleia. O caráter religioso fortemente presente nos discursos dos convidados e das homenageadas, comparavam o amor de mãe ao amor de Deus, “amor completo, infinito, faculdade divina que Deus concede as mulheres”. Nesse sentido, o presidente da sessão em alguns momentos citava passagens bíblicas que reiteravam essa “condição divina” da maternidade.

O deputado Ricardo Barbosa, filho de uma das homenageadas que não pode estar presente, a senhora Maria Barbosa, discursou em nome de sua mãe e agradeceu a participação naquele “instante divinamente belo”. Ao se dirigir à mãe do deputado Bruno Cunha Lima, Eliese Cunha Lima, afirmou que quem gera um filho tão talentoso, “merece o mesmo esplendor de conceito de agradecimento de ternura, de fé, é literalmente uma bela mãe”.

O também deputado, Renato Gadelha, homenageou as quatro mães presentes na mesa a partir de suas “qualidades enquanto mulheres”. Fátima Bezerra, que além de seu conhecimento, “tem coração de mãe, de amiga, de fraternidade, de religiosidade”. Da mesma forma, Maria Barbosa, que exerce a política, é religiosa e referindo-se a seu trabalho junto a Rede Feminina de Combate ao Câncer, a colocou assim como as demais, como “pessoas extraordinárias, que conseguem ser mães, ter sua atividade profissional e de forma dadivosa recebe a todos que precisam”.

Aproximando-se do fim da sessão, por volta do meio dia, a última a ter o consentimento da palavra, foi a deputada Camila Toscano. Sua tia Fátima, estava na condição de representante de sua mãe Léa Toscano, ex-deputada estadual, que não pode se fazer presente na Assembleia naquela manhã. Seu discurso foi construído em torno da sua condição de mãe e de filha;

Minha mãe ocupou por diversas vezes essa tribuna, falar dela é muito fácil. Muitos funcionários da Casa, a maioria deles conhecem, estiveram com ela aqui durante quatro anos, continuam a falar dela, a pedir a presença dela, tem saudade da pessoa amorosa, carinhosa que ela é. Tenho esse amor muito forte dentro de mim. Apesar de estar sempre envolvida na política, meu pai ingressou na política eu tinha um ano e meio e de lá pra cá não parou mais, cresci vendo minha mãe ajudar as pessoas, cresci vendo que minha mãe consegue ser mãe não só de quatro filhos, como de uma população inteira como ela faz em Guarabira, ela tem um amor pelas pessoas e quanto mais humilde, mais necessitado, maior é esse amor. Isso de fato é um dom e acabou refletindo em mim. Olhando o lado de mãe, eu vejo a nossa importância na vida dessas pessoas, desde a roupa que ela veste, desde a comida que ela come, tudo somos nós que decidimos, influenciamos a vida daqueles pequenos. Acho que toda mulher sonha em ser mãe, seja mãe de fato biológica ou mãe de coração por adoção, mas toda mulher tem que passar por essa experiência. (Camila Toscano. Sessão Especial. 09 de maio de 2016)

Ao acompanhar de perto a realização dessas duas sessões, a que discutia direitos das mulheres e democracia (sessão conjunta com a Assembleia Legislativa), e a outra em homenagem ao Dia das Mães, pude perceber como o espaço da política institucional, partidária, ainda se estrutura na conservação de valores tradicionais e de papéis sociais bem delimitados e definidos para homens e para mulheres. A sessão realizada na Câmara dos Vereadores em Campina Grande propôs uma pauta que endossava a necessidade de maior autonomia e emancipação feminina, de abertura de espaços e da construção de oportunidades iguais para ambos os sexos, oportunidades essas alicerçadas pelo poder legislativo, como meio capaz de garantir tais conquistas. Ainda assim, alguns dos discursos, naquela ocasião, proferidos por alguns dos vereadores homens, reforçou a concepção cristalizada e naturalizada em nossa sociedade da condição da mulher, base estruturante da família e fundamental em dar condições de seu marido exercer de maneira plena sua carreira no espaço público.

De maneira ainda mais evidente, a sessão que teve por objetivo homenagear as mães paraibanas, desta feita na Assembleia Legislativa, reproduziu e reafirmou o papel social da mulher mãe, esposa, dona de casa, generosa, abnegada, que se dedica ao cuidado e bem estar de seus filhos e seus maridos. Desse modo, essa visão romantizada da mulher que se doa para o cuidado com a família sem questionar seu lugar social ou reivindicar seus desejos e vontades, sem dar de certa forma, a oportunidade de escolha e de decisão a essas mulheres, reforça a ideia de que toda mulher está destinada e designada a esfera privada do lar sem assim estimulá-la a entrar na vida pública, a ter autonomia de decisão

e entender que esta pode e deve ocupar todos aqueles espaços que sejam de seu interesse, a política, a economia, a academia, a rua, os cargos de chefia, sem que a vida doméstica seja uma alternativa única e de sua exclusiva responsabilidade.

2.2 Atuação Parlamentar e condição de gênero

A Assembleia Legislativa da Paraíba, que completou 180 anos de história em abril de 2015, mostra como a participação feminina neste âmbito de poder, se trata de um fato recente na constituição do poder legislativo paraibano. A Casa que é datada de 05 de abril de 1835, só teve em 1982, 147 anos após a sua instalação, a primeira representante do sexo feminino, a deputada Vani Leite Braga de Figueiredo, irmã de Wilson Braga, eleito governador do Estado no mesmo ano. Passados 32 anos após a eleição da primeira deputada, apenas 24 mulheres ocuparam as cadeiras da ALPB. Este número foi alcançado na última eleição, em 2014, com os mandatos de Camila Toscano (PSDB) e Estelizabeth Bezerra (PSB). Na atual legislatura também encontra-se a deputada reeleita, Daniella Ribeiro (PP).

Em declaração dada ao *site* oficial da Assembleia Legislativa, a deputada Estelizabeth Bezerra (PSB) atribuiu a baixa presença de mulheres na política à existência de uma democracia ainda em formação:

A sub-representação das mulheres na Assembleia Legislativa e nos espaços de representação política é sintoma de uma democracia ainda não plena. Pouco mais da metade da população não pode estar ausente ou sub-representada em espaço tão determinante para a vida em sociedade. (<http://www.al.pb.gov.br/17563/assembleia-180-anos-a-historia-da-participacao-feminina-no-legislativo-paraibano.html>. 02 de abril de 2015. Acesso em 14 de setembro de 2015)

A deputada, Camila Toscano (PSDB), igualmente, acredita ser preciso mais mulheres ocuparem os espaços de poder público:

Nos últimos anos avançamos muito, mas ainda há muito para avançar. Temos que ocupar mais espaços, pois esta é uma forma de empoderamento para as mulheres. É fundamental a participação da mulher na política para mostrar que somos aptas a ocupar qualquer cargo e que não existe distinção entre homens

e mulheres. (<http://www.al.pb.gov.br/17563/assembleia-180-anos-a-historia-da-participacao-feminina-no-legislativo-paraibano.html>. 02 de abril de 2015. Acesso em 14 de setembro de 2015)

No período de 32 anos, que vai do ano de 1982 a 2014, a Assembleia Legislativa da Paraíba teve 24 mulheres ocupando suas cadeiras, sendo elas titulares ou suplentes: Vani Braga, Lúcia Braga, Terezinha Pessoa, Geralda Medeiros, Francisca Motta, Estefânia Maroja, Zarinha Leite, Socorro Marques, Lucinha Monteiro, Edina Wanderley, Giannina Farias, Eurídice Moreira (Dona Dida), Iraê Lucena, Léa Toscano, Daniella Ribeiro, Eva Gouveia, Gilma Germano, Flora Diniz, Nadja Palitot, Olenka Maranhão, Marta Ramalho, Nárriman Xavier, Estela Bezerra e Camila Toscano. (Dados do site oficial da ALPB: www.al.pb.gov.br).

Para tornar ainda mais ilustrativa a situação de sub-representação da mulher na Assembleia Legislativa da Paraíba, está descrito abaixo, em forma de tabelas, os resultados das três últimas eleições, 2006, 2010 e 2014.

Eleições 2006

Total de candidatos	Homens	Mulheres
250	227	23
Total de eleitos	Homens	Mulheres
31	27	4

Eleições 2010

Total de candidatos	Homens	Mulheres
----------------------------	---------------	-----------------

256	216	40
Total de eleitos	Homens	Mulheres
32	26	6

Eleições 2014

Total de candidatos	Homens	Mulheres
306	217	89
Total de eleitos	Homens	Mulheres
36	33	3

A partir da análise dos números das três últimas eleições, referentes às candidaturas e eleição de deputadas estaduais, observa-se a ainda pequena participação feminina nessa esfera de poder.

Mesmo com todas as conquistas alcançadas pelas mulheres ao longo de décadas, ainda se faz necessário problematizar e apontar as diversas dificuldades que estas continuam a enfrentar. As mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens, para exercerem as mesmas atividades e por vezes não são devidamente reconhecidas e/ou impedidas de ocuparem determinados espaços, pelo simples fato de serem mulheres; são diariamente assediadas e julgadas por sua liberdade sexual ou pela roupa que vestem, são estupradas agredidas e mortas diariamente, na maioria das vezes, por seus próprios companheiros ou familiares, pelo fato destes ainda enxergarem como suas propriedades. Nesse sentido, debater essas questões e reivindicar uma maior participação de mulheres nas tomadas de decisão e poder, é essencial.

Sob esses aspectos, as tabelas acima descritas, apontam ainda para um fato extremamente importante: em nenhuma das três últimas legislaturas, o percentual mínimo de 30% das candidaturas destinadas às mulheres foi cumprido. Como apontam os dados, no ano de 2006, para que a cota mínima fosse cumprida, teriam sido necessárias a candidatura de 75 mulheres, um número bastante inferior as 23 candidaturas femininas daquele ano. Na eleição seguinte, no ano de 2010, houve uma maior adesão de candidaturas de mulheres, no entanto, das 76, 08 candidaturas necessárias, apenas 40 foram registradas. Na última eleição, no ano de 2014, o número mínimo exigido aproximou-se bastante das 89 candidaturas, ainda assim, para atingir o percentual dos 30% teriam sido necessárias 91,8% de candidaturas femininas.

Com base nesses dados, é possível fazer algumas considerações: a não exigência do efetivo cumprimento da Lei de Cotas, a não fiscalização por parte do Tribunal Superior Eleitoral, por exemplo, e a não punição dos Partidos Políticos pelo descumprimento da Lei, são fatores que corroboram para a não eficácia da Lei de Cotas. Assim como o tratamento dado pelos partidos as candidaturas femininas, que parecem tratá-las como “elementos de segunda classe” no meio eleitoral, já que não disponibilizam os mesmos recursos financeiros e estruturais que possam efetivamente prepará-las com reais possibilidades de disputa e êxito.

A histórica e cultural subordinação a qual as mulheres foram e ainda são submetidas, são expressas nos números referentes à inexpressiva participação delas na política. Os dados das três últimas eleições para deputado estadual na Paraíba é reflexo de uma sociedade que ainda determina lugares sociais diferentes para homens e para mulheres. Assim, é possível entender a cultura como elemento fundamental para a análise e compreensão da prática política brasileira. Entender os papéis sociais construídos e destinados a cada um dos sexos ao longo da história, permite compreender também as estruturas sociais que permeiam e sustentam a prática política que é masculina e sexista. Sob esse aspecto Carvalho e Rabay (2010) formulam que:

Há muito tempo, o seu ambiente e as suas práticas, foram e (são) frequentados e exercitados exclusivamente por homens, a ponto de adquirirem as marcas peculiares desse grupo. Essa afirmação é válida para uma sociedade que separa homens e mulheres, institui uma divisão social/sexual do trabalho e constrói duas culturas de gênero (masculina versus feminina). (RABAY & CARVALHO, 2010, p. 38)

Fatores econômicos e a própria constituição do sistema político brasileiro determinam a destinação das vagas nos espaços da política, contudo a cultura e suas formas de representação também têm determinação fundamental nessa estruturação.

Outro fato que deve ser discutido, quando analisados os números das eleições na Paraíba, é a presença constante dos “nomes de família” na constituição das candidaturas e carreiras políticas femininas. Carvalho e Rabay (2010) afirmam que, sobretudo no Nordeste, há uma instrumentalização das “mulheres da família” por parte das oligarquias, visando à perpetuação no poder. Assim como citado, a maioria das 24 mulheres eleitas nos últimos 32 anos para a ALPB são oriundas de grupos familiares representados por figuras masculinas de grande prestígio e poder no cenário político. Das três representantes femininas na atual legislatura, duas tem sua constituição enquanto mulher pública e política, na origem familiar.

Assim como apontam Miguel e Biroli (2011), as mulheres em decorrência de sua socialização diferenciada e subjugação histórica à esfera do lar, do cuidado maternal e da abnegação em nome do outro, ao entrarem no meio político, acabam sendo conduzidas à manutenção de algumas dessas práticas culturalmente apreendidas. Desse modo, é comum encontrarmos mulheres políticas advogando na área das “causas sociais”, aquelas que têm como foco a assistência e a proteção do outro, este geralmente fragilizado e impossibilitado de atender suas necessidades. É necessário notarmos que este tipo de “cuidado e proteção” remete aos papéis da mãe e da dona de casa sempre dispostas a se doar ao outro. Nesse sentido, os autores afirmam que:

Há indícios de que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ligados à área social do que aquelas vinculadas diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício de poder. (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.80).

O questionamento feito por esses e outros autores é o de se essa “propensão” à área social seria uma opção, ou justamente uma falta de opção: as mulheres encontrariam nesse nicho, o único meio e temas disponíveis para sua atuação no meio político.

Outro ponto a ser observado em relação à necessidade da participação de mulheres na política, seria o de que somente elas seriam capazes de dialogar e propor as demandas exigidas pela parcela feminina da sociedade. Sob esse aspecto, as mulheres teriam

interesses especiais e legítimos ligados ao gênero. No entanto, Miguel e Biroli (2006) afirmam haver nessa crença um essencialismo subjacente:

Parece que as mulheres, apenas por serem mulheres, terão sempre interesses idênticos. Contra isso, há o fato de que os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes ‘posições de sujeito’, cujas pressões são variadas e por vezes, contraditórias. (MIGUEL & BIROLI, 2006, p. 26).

Mulheres candidatas ou já inseridas na prática política (na forma de um mandato), muitas vezes não são necessariamente comprometidas com a questão feminina ou de uma pauta feminista. Diante desses argumentos, passamos a expor algumas das propostas e ações empreendidas por cada uma de nossas representantes femininas na Assembleia Legislativa da Paraíba. As matérias aqui analisadas foram obtidas através de uma investigação via internet, nas contas das deputadas nas redes sociais, bem como nas notícias veiculadas por portais online e pelo site oficial da ALPB.

Sobre a deputada Daniella Ribeiro, merece destaque a apresentação de um requerimento junto à Assembleia que propõe a realização de campanhas para beneficiar os portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho e nas atividades do dia-a-dia da sociedade. A líder do Partido Progressista na Assembleia Legislativa ainda propôs ações em torno da união da sociedade na prevenção e combate às drogas com o objetivo de contribuir para que determinadas faixas da população não sejam vítimas “desse mal que penaliza as famílias”. Ela convocou a união de forças “para que todos lutem contra essa mazela que castiga a população. Somos contra a droga e em favor da vida”, afirmou a Deputada, na defesa de seu requerimento.

Um Projeto de Lei apresentado pela citada deputada, o de número 350, que mereceu destaque dos *mass media* foi o que objetivou instituir o Programa de Acolhida dos Moradores de Rua. O intento é desenvolver campanhas de acolhida aos moradores que vivem nas ruas das cidades da Paraíba e como ação concreta a sua proposta é que sejam construídos centros de abrigos que disponibilizem banho e alimentação, guarda-volumes e segurança a essa população que mora nas ruas. Assim ela se expressou:

Nossa proposta tem por princípio atender, dentro das possibilidades, as necessidades das pessoas em situação de rua, visando resgatar os princípios básicos da dignidade humana, que só são possíveis se a sociedade se unir e chamar para si a responsabilidade da ação. Muitas dessas pessoas sofrem com os

problemas das drogas e do alcoolismo. (www.daniellaribeiro.com.br. Acesso em: novembro de 2015).

Outra Lei de autoria da parlamentar previu a proibição de comercialização, produção e distribuição de armas de brinquedo, a deputada descreveu a importância da lei como um meio capaz de “incentivar desde cedo, a cultura da paz e da não-violência no Estado da Paraíba” e acrescentou:

O objetivo desta lei é promover a educação das crianças, trabalhando para que desfrutem de uma vida sem violência e ensinem aos adultos que o melhor caminho é o caminho da paz; e para serem, eles mesmos, adultos melhores. A lei veio para complementar esse trabalho contínuo de preservação da inocência das nossas crianças e, conseqüentemente, adultos mais equilibrados, num verdadeiro círculo virtuoso de paz. (www.caldeiraodochico.com.br. Acesso em: novembro de 2015).

Algumas das matérias propostas por Daniella Ribeiro remetem ao cuidado inato ao sujeito feminino. A preocupação com a desestruturação familiar, com o acolhimento dos desabrigados, com os marginalizados pela sociedade e com as crianças, grupo vulnerável, reforçam a ideia da “política do desvelo” (MIGUEL, 2001) que reforça os papéis de gênero desenvolvidos pelas mulheres na sociedade.

Como ação prioritária para o ano de 2015, a partir do mês de março de 2015 em comemoração ao dia Internacional da Mulher, 08 de março, a deputada Daniella Ribeiro, em mais um de seus pronunciamentos, afirmou que estava dando início a uma série de ações, tendo em vista, o combate à violência contra a mulher sobretudo, a violência psicológica, assim formulou a parlamentar:

Xingamentos, ameaças verbais e humilhações, sejam elas públicas ou não, são apenas algumas das diversas formas de se coagir uma mulher, muitas vezes colocando-a em constante estado de pânico ou, até mesmo, em surto psicológico. Nosso dever é garantir o mínimo de ajuda para que essas mulheres possam sair dessa prisão imposta em casa. (www.paraibaurgente.com.br. Acesso em: agosto de 2015).

Em um de seus perfis nas redes sociais, a bandeira de combate à violência psicológica contra as mulheres é a mais discutida e exposta pela deputada. O incentivo à

denúncia e o diálogo com toda a sociedade sobre o problema social é recorrentemente salientado pela parlamentar.

Em seu primeiro mandato na atividade política como Deputada Estadual, Camila Toscano apresentou Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de estágios em escolas públicas para estudantes de universidades públicas estaduais com licenciatura plena. A deputada apresentou ainda projeto de lei que prevê a instalação de bibliotecas nos hospitais públicos da Paraíba, assim explicou a parlamentar:

As pessoas passam muito tempo internadas em hospitais, inclusive crianças. Então, nada mais adequado que criar estes espaços e utilizá-los de forma útil. Nossa intenção é ajudar a incentivar a leitura e proporcionar entretenimento aos pacientes e familiares que precisam passar longos períodos hospitalizados. (<http://www.maispb.com.br/133665/projeto-garante-bibliotecas-em-hospitais.html>. Acesso em: outubro de 2015).

E acrescentou:

Os hospitais inseridos nessa Lei deverão, dentro de sua dotação orçamentária, promover campanhas locais com o incentivo de arrecadar doações de seus próprios pacientes e familiares. (<http://www.maispb.com.br/133665/projeto-garante-bibliotecas-em-hospitais.html>. Acesso em: outubro de 2015).

Suas mais destacadas proposituras e discussões na Assembleia têm sido direcionadas aos direitos da mulher, já que a mesma foi eleita presidente da Comissão da Mulher em abril de 2015. A deputada afirma ser dever da Casa acompanhar os assuntos ligados às mulheres em todas as áreas, principalmente, no combate à violência. Ela defende também, maior capacitação da mulher, inclusão no mercado de trabalho e geração de emprego e renda. “Este aspecto é fundamental para a mulher se libertar da violência”.

Em outra audiência, em meados do mês de julho de 2015, desta feita, proposta pela Deputada Camila Toscano, teve o tema da mortalidade materna no Estado como tema: “nós, enquanto poder público, não estamos cuidando bem de nossas gestantes e elas estão morrendo, seja por falta de um pré-natal bem feito e adequado...”. Ainda no fim do mês de julho do referido ano, após o recesso parlamentar, a deputada convocou audiência pública para discutir a violência contra as mulheres no Estado:

O assunto é sério e merece a atenção dessa Casa. A Paraíba vem colecionando casos de horror. A barbárie de Queimadas, o crime com as duas mulheres e um bebê do bairro dos Bancários e fatos emblemáticos, ainda sem solução da polícia, como o assassinato na menina Rebeca, são alguns dos exemplos de crimes graves e que deixam assustadas todas nós, mulheres, que vivemos nesse Estado. (www.facebook.com/camila45123, acesso em: agosto de 2015).

Ainda no mesmo mês a parlamentar apresentou Projeto de Lei que prevê a reserva de 5% das vagas para as mulheres operárias na construção civil em obras a serem executadas pelo Governo do Estado:

Nosso objetivo é que as mulheres sejam inseridas na construção civil, que ainda é um ambiente predominantemente masculino. O projeto tem a intenção de fazer essa reserva nas obras públicas para garantir maior participação da mulher. Já temos muitas delas se qualificando e trabalhando na área, mas queremos que sejam inseridas nas obras do Estado. (<http://www.plugadosnanoticia.com/2015/07/projeto-de-camila-toscano-preve-reserva.html>. Acesso em: agosto de 2015).

Com base nas informações apresentadas, pode-se atrelar as práticas políticas da deputada Camila Toscano, a sua “condição de gênero”. O fato de ser mulher parece garantir à mesma, maior credibilidade e competência para tratar dos assuntos referentes à cidadania feminina.

Por sua vez, a Deputada Estela Bezerra afirmou ter alcançado a vaga na Assembleia Legislativa para contribuir na política com tudo aquilo que sempre defendeu, todos os aspectos concernentes ao público heterogêneo formado pelos “LGBT”, deficientes, mulheres, negros e jovens. Desse modo, no mês de maio, a deputada criou a Frente Parlamentar de Apoio à Cidadania LGBT e Enfrentamento à Homofobia. A esse respeito, a deputada afirmou haver ainda no país um incômodo muito grande das pessoas em relação à orientação sexual umas das outras:

Esse sentimento se transforma em ação de violência, supressão de direitos e até de cerceamento da própria vida, e esse tipo de crime, que é o crime de ódio por orientação sexual, é sequer tipificado no nosso país. (www.portaldolitoralpb.com.br. Acesso em: abril de 2015).

E acrescentou, desafiadoramente, aos seus pares do parlamento paraibano:

Vamos marcar a postura política dessa Casa que é de cidadania e de respeito às pessoas independente da cor, do credo ou orientações sexuais. A particularidade que nos enriquece na diversidade não pode ser usada como condenação e como diminuição da nossa humanidade. (www.portaldolitoralpb.com.br. Acesso em: abril de 2015).

Na data de celebração dos 82 anos de conquista do voto feminino do Brasil (24 de fevereiro de 2015), Estela Bezerra ressaltou que mais da metade da população brasileira é formada por mulheres, sendo assim, imprescindível a presença feminina na construção da democracia. A deputada lembrou ainda o acúmulo de funções que as mulheres enfrentam diariamente: “Precisamos aprimorar esse item, é necessário que homens e mulheres tenham atribuições iguais nas esferas públicas e privadas, com divisões de tarefas de forma mais justa”. (www.politicahora1.blogspot.com.br. Acesso em: agosto de 2015).

Para ela, homens e mulheres têm condições iguais de contribuir para a construção da democracia. “Apesar de 82 anos de uma conquista tão importante, temos apenas três deputadas estaduais, então ainda precisamos avançar muito no espaço político”. (www.politicahora1.blogspot.com.br. Acesso em: agosto de 2015).

Em audiência pública realizada na Assembleia com o apoio da parlamentar Estela Bezerra, no dia 24 de julho de 2015, debateu-se a questão da mulher negra na Paraíba. A audiência ocorreu em alusão ao Dia da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha. Em seu pronunciamento, esclareceu a parlamentar:

No Brasil, mais de 49 milhões de pessoas da nossa população é composta de mulheres negras, mas que não tem o reconhecimento da sua contribuição na construção da cultura da nossa região. A dificuldade de acesso às políticas públicas e a falta de garantia de direitos é a verdadeira motivação da necessidade de se discutir e de modificar essa quantidade de coisas (...). É um segmento significativo que requer políticas públicas. Quando observamos indicadores sociais são essas mulheres quem menos estão na escola, que recebem os piores salários e são acometidas de algumas patologias específicas das condições de vida e de opressão desse segmento. (www.geledes.org.br. Acesso em: julho de 2015).

Em sessão de autoria da deputada Estela Bezerra, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2015, foi discutido o papel das políticas públicas na vida das mulheres. Segundo a deputada, os objetivos da sessão foi reunir quem vem historicamente lutando para corrigir esta desigualdade, e ao mesmo tempo, as forças institucionais que

de certa forma têm a responsabilidade de implementar políticas públicas. Assim denunciou a parlamentar em seu discurso:

O salário da mulher ainda é 30% abaixo do que recebe um homem. Somos mais da metade da população, mas não ocupamos os cargos de ocupação política e econômica nesta mesma proporção. (www.facebook.com/EstelaBezerraOficial. Acesso em: agosto de 2015)

Assim como as proposições, sessões e projetos de lei criados por Camila Toscano, as ações de Estela Bezerra voltam-se para a defesa de políticas de inclusão e reconhecimento da desigualdade histórica a qual as mulheres foram subjugadas. A discussão em torno de uma maior representatividade feminina na política corrobora com as concepções de que as mulheres são as mais indicadas para defenderem os seus próprios interesses como também os interesses de todos. A incidência maior de pautas do gênero referentes às duas deputadas, pode ser explicada também pelo fato de uma ser presidente e a outra vice da Comissão dos Direitos da Mulher.

Durante a pesquisa de dados aqui expostos, uma reportagem veiculada pelo portal ClipPB, dedicou-se à atuação e número de proposições, especificamente construídas pelas representantes femininas na Assembleia Legislativa:

Nesta, 81 matérias entre Projetos de Lei, Resoluções e Requerimentos foram apontados como de autoria das três deputadas. Separadamente, Daniella Ribeiro, em seu segundo mandato, apresentou, até o momento: 8 Projetos de Lei, 2 Projetos de Resolução, 20 Requerimentos e 3 pedidos de sessão especial, totalizando 33 matérias. Estelizabel Bezerra apresentou 2 Projetos de Lei Ordinária, 1 Projeto de Resolução, 2 Requerimentos e 2 pedidos de sessão especial, totalizando 17 matérias. Camila Toscano apresentou 2 Pedidos de Informação, 9 Projetos de Lei Ordinária, 19 Requerimentos e 1 pedido de sessão especial, totalizando 31 matérias. (<http://www.clickpb.com.br/>. Acesso em: novembro de 2015)

Os dados acima descritos são do Portal Transparência da Assembleia Legislativa da Paraíba (www.al.pb.gov.br). A referida reportagem pode ser remetida a uma espécie de fiscalização da competência específica de mulheres políticas. A necessidade de afirmação constante de eficiência, aptidão e mérito por parte das mulheres que adentram o cenário político é observado empiricamente em diversas situações da prática política.

No dia 08 de março de 2016 a tribuna da ALPB foi ocupada por diversos deputados a fim de prestar homenagens às mulheres paraibanas pelo Dia Internacional da

Mulher. Nesta ocasião, foi aprovado por unanimidade entre os parlamentares, o projeto que instituiu o ano de 2016 como o “Ano de Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte”, de autoria da deputada Daniella Ribeiro. A deputada afirmou que o objetivo é chamar atenção para a necessidade que a mulher tem de compreender a sua força. O Ano do Empoderamento é um projeto nacional que a deputada apresentou à ALPB com o objetivo estimular a participação da mulher na sociedade. “A gente traz este projeto para o âmbito do Estado da Paraíba, no sentido de incentivar a necessidade da participação da mulher no âmbito empresarial, no âmbito da economia, economia esta que ela traz através de seu trabalho e de sua força”. A deputada Camila Toscano, presidente da Comissão de Direitos da Mulher, ressaltou que a comissão centra suas realizações na promoção de audiências e debates importantes em torno dos problemas da mulher paraibana. “Tenho essa preocupação nos meus projetos de lei e em meus requerimentos de olhar um pouco o lado feminino, pois acho que temos que redobrar os cuidados com a mulher paraibana”. (www.al.pb.gov.br/agencia-de-noticias. Acesso em: julho de 2016).

Uma audiência pública foi realizada no dia 04 de maio de 2016, com o objetivo de discutir políticas públicas que promovam e assegurem os direitos das mulheres trabalhadoras domésticas do Estado da Paraíba. A audiência de propositura da deputada Estela Bezerra, foi realizada pela Comissão de Direitos da Mulher, na ALPB. A deputada em sua fala ressaltou a importância desse debate, sobretudo no momento em que o país discutia a possibilidade da instauração do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Pautamos essa audiência no ano passado, quando tínhamos recentes conquistas destes trabalhadores como igualdade de direitos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como regime de horário, feriados e fundo de garantia. Agora, vivemos a ameaça de perdas enormes nos direitos trabalhistas como a flexibilização do salário mínimo e por isso vamos continuar dialogando com a categoria, ver onde avançamos e onde podemos avançar ainda mais. (www.al.pb.gov.br/agencia-de-noticias. Acesso em julho de 2016).

De autoria da deputada Daniella Ribeiro, no mês de junho, a Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança aprovou dois de seus projetos de lei. O projeto de n.574/2015 que dispõe sobre a divulgação dos direitos das pessoas com neoplasia maligna – câncer – pelos órgãos públicos do Estado. E o projeto de n.653/2016 que dispõe sobre a obrigatoriedade da colocação de placas de alerta nos estacionamentos públicos e particulares do Estado, alertando sobre o esquecimento involuntário de

menores no interior dos veículos. (www.al.pb.gov.br/agencia-de-noticias. Acesso em julho de 2016)

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa da Paraíba, que é presidida pela deputada Estela Bezerra e vice presidida pela deputada Camila Toscano, no ano de 2016, superou as gestões passadas na quantidade de matérias apreciadas. Segundo Estela Bezerra, “a CCJ tem se esforçado para produzir e também ter celeridade com o que chega nesta Casa. Ser um filtro mesmo, uma zeladora da boa prática e da boa técnica legislativa. O tempo inteiro nós temos essa intenção”. (www.al.pb.gov.br/agencia-de-noticias. Acesso em: julho de 2016)

III CAPÍTULO – A voz das mulheres parlamentares

3. Ser mulher e estar na política

Compreender o baixo número de representantes femininas nos espaços de poder, assim como as dificuldades por elas encontradas para entrarem e permanecerem nesses espaços, como observamos ao longo de todo o texto, perpassa pela compreensão da categoria de gênero, bem como pela análise de todo o contexto histórico e cultural no qual nossa sociedade foi construída. A maneira diferenciada pela qual homens e mulheres foram e são socializados, nos permitem entender porque para as mulheres, a política partidária e institucional, ainda se apresenta como um lugar de difícil acesso, implicando assim na formação de uma situação de sub-representação. É importante ressaltar que as mulheres fazem parte de toda a formação política e cultural do país, no entanto podemos observar também que a elas comumente foi dado um lugar de menor destaque, as ações das mulheres, suas reivindicações e anseios colocados em segundo plano, fazendo com que muitas vezes a sua participação fosse simplesmente apagada ou esquecida, já que as posições de destaque e liderança foram concedidas e legitimadas como próprias dos homens.

Nesse sentido, é que podemos entender esse quadro de sub-representação feminina na política, ainda que elas se façam presentes nos espaços de poder, é importante ressaltarmos que além de estarmos numericamente bem abaixo de um número ideal de representação, já que somos mais da metade da população brasileira e vivemos em uma democracia representativa, estamos sobretudo, sub-representadas simbolicamente já que nossas reivindicações e demandas sempre foram e ainda são vistas como menos importantes. Aquilo que é de interesse direto das mulheres, é por vezes arquivado, e enfrenta resistência para que seja discutido e aprovado, leis que se referem aos direitos reprodutivos das mulheres, a criminalização da violência doméstica e sexual, e a criação de maiores mecanismos que estimulem e assegurem a presença de mulheres na política, são alguns desses exemplos. É necessário lembrarmos também, que o último ano da política no cenário nacional, tem se apresentado cada vez mais conservador e resistente a esse tipo de discussão.

A realidade social da qual a mulher fala, a sua formação pessoal, intelectual, a construção de seus valores, os mecanismos utilizados para adentrar o espaço da política, são fundamentais para se compreender quais as suas pautas de defesa, seus interesses, enfim, quais suas práticas enquanto mulheres públicas e políticas. Desse modo, ouvir as próprias parlamentares para tentar entender como elas enxergam o papel e o lugar da mulher na política, como elas vivenciam essa prática enquanto mulheres e quais as principais ações de seus mandatos, se estabelece como algo basilar para a construção dos argumentos e reflexões aqui expostos.

O meio político, quase que totalmente masculino, se apresenta por vezes para as mulheres, como um espaço que as desrespeitam e as discriminam, além de instituir uma espécie de cobrança redobrada quanto a capacidade e mérito delas estarem ali presentes. A deputada Camila Toscano, afirmou não enxergar esse tipo de prática na sua experiência enquanto mulher na política.

Eu não deixo fazer isso, não dou essa brecha, nem essa abertura, eu acho que as pessoas não vem fazer porque eu não deixo, esse tipo de pessoa que faz isso, ele se aproveita da fragilidade de alguém, como não deixo, não dou liberdade, ninguém vem fazer isso... acho que quando você começa a trabalhar, mostrar seu trabalho, você faz você ser merecedora de algum cargo de alguma coisa, é independente disso, de você ser mulher, ser homem... O seu gênero não interfere nisso, eu acho... independente de ser homem ou ser mulher você tem que mostrar que é merecedor daquele cargo. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Mesmo a deputada Camila não concordando com a premissa de que o gênero se apresenta como elemento fundamental para legitimar quem “merece” ou não estar na política, diversos autores aqui citados, a prática de pesquisa e principalmente, as próprias mulheres políticas, apresentam um discurso completamente inverso ao exposto pela deputada, as outras duas representantes da bancada feminina na Assembleia, ao serem questionadas quanto a essa dificuldade de se estabelecer nesse meio da política, expõem relatos diferentes do aqui colocado. A postura de resistência adotada pela deputada, no sentido de “não permitir” que façam isso com ela, que ela não seja desrespeitada, é um fato que evidencia a necessidade das mulheres terem de reafirmar constantemente seu merecimento em fazer parte daquele espaço, algo que não é visto, nem sequer questionado quando referente aos homens, sobretudo aqueles que se encaixam em um padrão normativo de sexualidade e cor.

A cultura não só política, mas de uma maneira geral, machista e misógina, repele uma maior abertura e possibilidade do aumento da representação feminina nos espaços de poder. A ideia naturalizada e socialmente aceita de que as mulheres têm maior propensão aos cuidados maternos e do lar, acaba por não estimulá-las a participarem ativamente da vida pública, política e partidária. Nesse sentido, há uma espécie de consenso entre as três deputadas, quanto a este fato. Ainda que em algumas falas seja possível perceber uma espécie de culpabilização das próprias mulheres, por “não quererem” fazer parte desse meio. O peso do poder econômico como um “facilitador” para a entrada na esfera pública e política, é também algo fundamental para se compreender a estruturação da política paraibana e nacional. A deputada Camila Toscano, entende sob essa ótica o estado de sub-representação feminina na política:

Acho que é a cultura mesmo machista, então muitas são criadas com esse pensamento, de que você realmente é submissa, que você não pode, que você não é capaz e você acaba botando isso na cabeça dela e ela vira cúmplice sem querer, porque inconscientemente ela tem isso na cabeça de que ela é inferior... acho que vem muito da cultura, da criação da mulher... Soma o problema estrutural, falta de investimento, condição financeira, porque pra você entrar na política você precisa ter uma certa condição e ainda a mentalidade de alguns e de algumas famílias arcaica, de que a mulher não é pra entrar... não é pra ta ali brigando, lutando pelos direitos dos outros. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Ainda que a deputada reconheça os problemas de ordem cultural e estrutural da política, ela enquanto agente política, não enfrentou dificuldades para consolidar sua participação nesse espaço. No entanto, por diversas vezes ela reconheceu haver para as mulheres em geral, dificuldades para se inserir nesse meio, devido às diversas tarefas que a mulher tem de gerir dentro e fora de casa, o cuidado com a casa, os filhos, pode acabar afastando-a da atividade pública, já que esta exige dedicação exclusiva, ausência de casa, viagens, etc. Desse modo, a conciliação da atividade na esfera privada com a vida pública, se configuraria como um relevante fator de impedimento de ocupação da atividade política;

Eu não percebo, no ambiente que eu to eu não percebo, na Assembleia mesmo os deputados me tratam de igual pra igual, nas reuniões, nas sessões... até mesmo fora da parte de trabalho mesmo, nas brincadeiras, nas conversas que você tem com seus colegas, eles me tratam de igual pra igual, num vejo

discriminação nenhuma, nem vejo nenhum tipo de comentário... pelo contrário, eu escuto muito que devíamos ter mais mulheres, mas infelizmente você tem que botar na cabeça do eleitor e da mulher, pra que a mulher seja candidata de verdade. (Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Ainda no que se refere às dificuldades da mulher se inserir na política, Camila Toscano diz, baseada na realidade que ela vivencia, não enxergar problemas para que possa executar suas atividades enquanto uma mulher da política. Ela atribuiu isso ao fato de sempre ter imposto sua presença e nunca se sentir inferiorizada por estar diante de um cenário majoritariamente masculino.

Eu não percebo, na verdade quando eu tenho um evento pra ir, uma atividade pra fazer...eu vou, pra mim eu ser deputada... se o colega deputado vai, eu vou também... eu to acostumada, tem reunião na assembleia que só tem eu, tem 20 deputados presentes, eu to acostumada... eu não me acanho pelo fato de ser mulher, pelo contrário, eu vou, e se o deputado ta ali eu sou igual a ele... eu não deixo ter dentro dentro de mim isso e não deixo que as pessoas tenham em relação a mim, não sou diferente não, porque? Porque eu sou mulher? (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Às mulheres sempre coube os cuidados com a casa, com o marido e com os filhos, mesmo com as lentas transformações culturais, referentes a essas funções e obrigações de homens e mulheres, a cobrança feita a elas em relação à carga dessa responsabilidade, é sempre maior, gerando assim o que conhecemos como dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres, que além do trabalho realizado no espaço público, se veem “obrigadas” às tarefas do lar. Desse modo, a atividade política que requer grande dedicação e muitas vezes não possui um horário fixo de trabalho, exigindo que o agente público se ausente a qualquer momento, quando executada pelas mulheres parece tornar-se ainda mais difícil devido a esse papel que lhes é delegado dentro do lar. A deputada Camila Toscano, quanto a isso afirmou que é necessário que se tenha a mente boa, pois seus filhos irão continuar a rotina deles e ela não poderá estar presente em todos os momentos. Assim, pode-se perceber que não cabe aos companheiros das deputadas assumirem a coordenação dessas atividades dentro do lar, segundo o relato delas, essa função é delegada a outra pessoa, no caso, outra mulher, que exerce a função de empregada doméstica.

É o seguinte, eu tenho alguém pra me ajudar, e nesse caso eu tenho alguém pra me ajudar nos dois cantos, eu tenho uma assessoria boa na Assembleia e tenho uma pessoa que tá na

minha casa cuidando e coordenando os meus filhos pra que a vida deles não seja alterada no dia, assim, né? A rotina deles, escola e todas as atividades que eles fazem não tenha alteração nenhuma, eu preciso de uma pessoa que esteja com eles enquanto eu não estou, muito embora hoje em dia com a tecnologia do celular eu tô com eles a qualquer momento, eu tô aqui com você e minha filha tá me mandando mensagem, então eu continuo monitorando mesmo de longe. E como eles já foram criados, já tem uma regra a seguir, vamos dizer assim, como eles já são maiores, como eles já tem uma regra, um costume na rotina deles, o fato de eu não estar presente não faz com que mude isso, eles seguem a mesma rotina, eu estando ou não em casa e como disse, vou monitorando de fora, com o celular você consegue, mesmo de longe, monitorá-los. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Se referindo ainda a conciliação que tem de ser feita entre a atividade política e a sua vida privada, a deputada acrescenta:

A vida privada era muito mais tranquila. Por mais que a Assembleia tenha recesso, a atividade política não para. Hoje existem algumas viagens políticas pelo interior e o tempo é corrido. Hoje em dia não existe uma dificuldade me conciliar os horários porque a pessoa acaba se acostumando e se adaptando aos horários e eu tenho um enorme exemplo de minha mãe. Todos os 4 filhos dela tem uma profissão, uma vida organizada e ela em boa parte de sua vida esteve na vida política. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Durante toda a fala da deputada Camila Toscano ela afirma repetidas vezes que, enquanto mulher pública, não tem vivenciado em sua experiência política, nenhum tipo de discriminação e preconceito, ainda assim, é possível perceber em sua fala o relato das dificuldades que as mulheres, de maneira geral, enfrentam ao assumirem o compromisso de se tornarem agentes públicas. Quanto a essas questões que acabam por dificultar e muitas vezes impedir a entrada de mulheres nesse meio, a deputada fez as seguintes afirmações:

Soma o problema estrutural, a falta de investimento, a falta de condição financeira, porque pra você entrar na política você precisa ter uma certa condição e, ainda muito, a mentalidade de algumas e de algumas famílias arcaica, de que a mulher não é pra entrar, não é pra se expor tanto, não é pra tá ali brigando, lutando pelos direitos dos outros, porque é isso que você faz, né? Seja um deputado, seja um vereador, você tá lutando pelo direito das pessoas. Então não é, vamos dizer... talvez seja por isso que não tenha tanta mulher ainda. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Ao longo dessa discussão, ela ainda ponderou que o baixo número de mulheres na política, deve-se também ao medo que estas acabam criando em si, devido as dificuldades de ordem estrutural, simbólica e cultural.

Acho que a presença maior do homem é, ao contrário, é o medo da mulher de entrar, entendeu? É o receio de entrar, pelas dificuldades porque se olha muito as dificuldades e acaba retraindo, elas se retraem por conta disso, eu num acho, num vejo como... não vejo nesse sentido não, de que ele é mais protetor, mais capaz, eu não vejo nesse sentido. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Camila Toscano asseverou, por último, que o maior problema, a maior dificuldade em se tratando da inserção de mulheres na política, é a questão cultural e isso acaba por criar um medo nas mulheres de se estabelecerem na política. Ela acredita que homens e mulheres possuem as mesmas condições em termos de competência de assumirem um cargo na Assembleia, por exemplo, Eu não boto isso na minha cabeça não porque se eu botar eu não vou fazer nada... “Eita, eu sou mulher, não posso, eu vou. Tem uma reunião ali, só tem homem, problema nenhum, eu num sou deputada, eu não tô ali porque eu sou mulher, eu tô ali porque eu exerço um cargo que é igual a eles, mas eu acho que a maior dificuldade é a barreira cultural”.

As discussões que se dedicam à análise da presença e participação das mulheres na política e de como a mídia representa essas mulheres em seus noticiários, (Miguel e Biroli: 2006; Paiva:2008), apontam para a reprodução de estereótipos de gênero. São recorrentes as matérias que identificam as mulheres políticas a partir de suas características físicas, de sua aparência e do seu modo de se vestir, pondo em segundo plano suas atividades enquanto agentes públicas e endossando a permanência de papéis sociais tradicionais. Assim, ao iniciar sua trajetória na política, a deputada Daniella Ribeiro afirmou ser comum a produção de notícias em torno de seus atributos físicos.

Nomes taxativos com relação a padrões físicos, isso é uma forma de preconceito... porque num vai tá aí a sua capacidade ou incapacidade... eu queria figurar num site como a mais competente, a mais trabalhadora, a que mais trouxe projeto... se vc não tiver cuidado você vira apenas isso, se a mídia pega isso intensivamente, você vira apenas isso , eu lutei muito contra

isso... isso me incomodava, quando comecei as reportagens eram todas nesse sentido... deixa isso pra manequim, pra modelo, a gente que trabalha em outras áreas quer ser conhecida pela força, pelo seu trabalho. (Entrevista Daniella Ribeiro, 07 de julho de 2013)

O julgamento de mulheres a partir de sua aparência, do seu modo de se vestir, de falar, de se comportar está presente em todos os segmentos sociais. As mulheres são comumente rotuladas e classificadas como aptas ou não para determinados cargos, posições e lugares. Desse modo, ao falar sobre o desrespeito que as mulheres sofrem nos diversos ambientes sociais, a deputada Daniella Ribeiro, demonstrou acreditar que cabe à mulher fazer certos tipos de concessões e adotar determinadas posturas para que assim, evite passar sobre o crivo dos discursos sociais conservadores. As apreensões da deputada frente a este fato corroboram com seu posicionamento de vertente mais tradicional e baseado em suas convicções religiosas.

Se a gente não tiver apoio de marido e filhos, a gente sabe o quanto é difícil... graças a Deus minha vida pessoal sempre foi muito respeitada. Minha família sempre fez questão que aparecesse durante a campanha, não expondo minha vida pessoal mas todo mundo sabe que eu sou casada, que tenho 3 filhos, sempre dei muito valor a minha família. Meu marido que me apoia, então ele sempre teve presente quando podia... ele tava do meu lado, em algum evento a noite também ele sempre me acompanhou, esse cuidado que a mulher tem que ter... esse é o tipo de coisa que a gente sofre, tem que ter cuidado com a aparência... a minha postura, a minha forma de vestir... roupa que insinuasse, que é importante mulher andar bem vestida, o cuidado de se portar bem, então tudo isso já faz parte de mim.. isso ajuda a não ter determinadas coisas. (Entrevista Daniella Ribeiro, 07 de julho de 2013)

Os questionamentos quanto à competência e capacidade das mulheres se fazerem presentes nos espaços de poder são constantes. Elas são diariamente postas em teste por uma sociedade machista e patriarcal que tenta renegar a legitimidade das mulheres participarem da política e atuarem com as mesmas condições de igualdade que os homens. A deputada Daniella Ribeiro relatou uma situação que vivenciou enquanto parlamentar, na qual se sentiu profundamente desrespeitada devido ao seu gênero, ser uma mulher e estar ocupando um espaço socialmente e culturalmente construído para os homens.

Eu vou te dizer uma situação que marcou muito para mim. Essa situação, inclusive, já aconteceu comigo e com outras mulheres

políticas. “Agora vamos convidar a deputada, a vereadora, a prefeita fulana de tal para enfeitar a mesa”. Enfeitar a mesa? Enfeitar a mesa é demais, chame um vaso que é melhor. Então nós não estamos lá para enfeitar, estamos lá para dar nossa contribuição com conteúdo. (Entrevista Daniella Ribeiro, 14 de fevereiro de 2017)

Nesse sentido também, a deputada relatou sua primeira experiência ao ser eleita para assumir um cargo no legislativo municipal de sua cidade natal. A maneira como o meio de comunicação em questão se referiu à deputada, à época vereadora, reafirma o preconceito que as mulheres enfrentam na política e a crença na objetificação da mulher, vista apenas pelo prisma de sua aparência e de seu corpo, colocando em segundo plano sua capacidade intelectual e sua competência, enquanto sujeito político. Ela ainda reforçou a necessidade das mulheres se imporem diante de tais situações.

Quando fui eleita como vereadora e um portal da internet colocou que eu tinha sido eleita para passar batom e pentear o cabelo na câmara de vereadores e achei essa matéria bem pejorativa. Já passei por situações que se não tivermos cuidado, existe certa intimidação. A maioria dos homens são respeitadores e reconhecem o papel e importância da mulher na política, a igualdade de gênero no espaço político. Mas, infelizmente, existem outros que acham que mulher só serve para gritar e é preciso se impor e o respeito é necessário. Não podemos dar o nosso lugar. (Entrevista Daniella Ribeiro, 14 de fevereiro de 2017)

Assim como a deputada Camila Toscano, Daniella Ribeiro entende que uma das maiores dificuldades para que as mulheres consigam entrar, participar e se estabelecer no meio da política, é a conciliação entre a vida privada e a atividade política, é lidar com a dupla jornada. Os homens casados, pais de família que também estão na política, não enfrentam com a mesma intensidade esse tipo de dificuldade, eles próprios relatam a respeito e afirmam também que isso não ocorre por haver a presença da mulher, justamente a esposa, que cumpre todas essas atividades, algo que para as mulheres que estão na política, não se aplica:

Esse talvez seja o maior desafio para nós mulheres políticas. A agenda política não é programada antecipadamente. Muita coisa acontece de última hora. Então essa é a maior dificuldade. Quando se tem um planejamento, com uma agenda fixa, ótimo. Mas quando as coisas acontecem de última hora, temos a dificuldade de fazer esse ajuste. A mulher tem muita sabedoria e consegue dar conta disso. Algo que é muito importante é o apoio da família e isso eu tenho. Graças a Deus minha família está ao meu lado, se eles apoiam significa que eles compreendem. Certa

vez, minha filha ligou para mim e eu não podia atender, pois eu estava presidindo uma sessão na câmara de vereadores e era para dizer que ela tinha passado no vestibular e eu fiquei arrasada, às vezes dá aquela dorzinha. (Entrevista Daniella Ribeiro, 14 de fevereiro de 2017)

Quanto à divisão de tarefas em sua casa, Daniella afirmou não existir e da mesma forma que a deputada Camila Toscano, tem em sua casa pessoas que assumem a responsabilidade doméstica que seria por ela executada.

Eu diria que não existe divisão de tarefas determinadas. Eu organizo minha casa, deixo feira arrumada e tenho pessoas em minha casa que me ajudam. Eu tenho 3 filhos, todos adultos, um já casado inclusive. Existe na minha casa muita compreensão e o apoio do outro. Se alguma tarefa de casa não sai como planejado, existe uma compreensão muito grande. Nós nos ajudamos muito na hora das necessidades. Não existe divisão de tarefas, mas existe muito apoio mútuo. (Entrevista Daniella Ribeiro, 14 de fevereiro de 2017)

A exigência quanto à conformação das mulheres a determinados papéis, o de esposa e mãe, por exemplo, é algo que para a deputada Estela Bezerra se apresenta em todas as áreas da sociedade, nas quais as mulheres buscam se inserir e não só no espaço da política. A divisão injusta das tarefas domésticas ou mesma a inexistência dessa divisão, já que as mulheres são sobrecarregadas pela obrigação da manutenção e estruturação do lar, englobando cuidados com a casa, filhos e marido e ainda com as atividades realizadas fora desse espaço. Essa realidade social é para ela um dos obstáculos para a concretização e efetiva participação das mulheres na política. Ela reconhece ainda que o fato de não ter filhos e não ser a única responsável pela execução das atividades referentes ao lar, a permite ter uma “vida doméstica razoável para quem tem que cuidar da esfera pública como mulher”.

Um dos primeiros obstáculos é que existe uma desigualdade entre cuidado, a vida privada é toda de responsabilidade das mulheres, quem leva os doentes no hospital quem cuida dos doentes, quem cuida da feira, quem cuida da alimentação, o cuidado doméstico ele requer muita concentração. As mulheres vivem muito introjetadas do seu papel na sociedade, que é um papel do mundo reprodutivo... essa coisa ocupa muito as mulheres. As mulheres elas costumam, quando estão participando da vida política, elas estão como articuladoras, como organizadoras, como arrumadoras, mas na hora de ficar até tarde, de fazer o embalo, de pegar o microfone as mulheres não estão. Então existe uma construção social muito forte em cima

do ser mulher que impede a mulher de abandonar a vida doméstica. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

Nesse sentido, a deputada compreende como a rigidez dos papéis sociais determinados para as mulheres dificultam e desenvolvem nelas certo receio e a crença de que aquele ambiente não lhes pertence.

As mulheres são mais cobradas nesse meio...se ela é boa esposa, a imagem da mulher na política ela precisa ser muito correta no sentido das atribuições que são dadas socialmente a mulher... mas isso não é só na política... o que acontece na política, eu acho... os homens se impressionam muito quando uma mulher é mais racional, fala bem, consegue conectar as ideias e as mulheres são mais julgadas quando eles estão fazendo a fala pública, é mais observada e ao mesmo tempo são mais tímidas em fazer essa ocupação da fala pública. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

A adequação ou não a essa construção simbólica e cultural, acaba por determinar também que tipo de mulheres são socialmente aceitas no espaço da política. Comumente, as que fogem a esse padrão social enfrentam barreiras ainda maiores no sentido de deslegitimar seu direito de fazer parte da atividade pública e política. A deputada Estela Bezerra, durante campanha na qual disputou o cargo de prefeita da cidade de João Pessoa, foi por vezes questionada quanto a sua condição sexual e ao fato de não ser casada. Em determinada ocasião, um de seus adversários tomou como pauta para discussão do momento, o fato da colega estar maquiada. “Tava achando estranho porque eu sempre tive esse estilo mais relaxado... e qual era o problema de eu tá me arrumando se ele mesmo estava maquiado... eu nunca vi ninguém perguntar entre eles porque eles estavam maquiados, todos eles estavam maquiados, qual o problema da minha maquiagem?”

O espaço privado, historicamente delegado às mulheres, as sobrecarrega e se apresenta como um dos empecilhos no que se refere a participação delas na política. As mulheres ao terem contato com o espaço público, o mundo da política, parecem se sentirem culpadas ao se depararem com a necessidade de se ausentarem e exercer outras atividades. A política, diferentemente de outras ocupações, por não possuir um horário regular, com dias agendados e locais fixos, coloca nelas o peso da conciliação entre as duas atividades. Dessa forma, a deputada Estela enxerga tal situação e complementa sua fala:

A mulher que abandona o lar é condenada moralmente, um homem que abandona o lar ele é condenado mas ele não sofre a mesma condenação, o mesmo impedimento, um homem pode ser horrível na vida doméstica e ser grande na vida pública. A vida doméstica dele não vai pesar pra ele ser da vida pública, já a mulher ao ser medida, ela tem que ser boa mãe, boa esposa, boa filha, ela tem que ser boa em todo o aspecto doméstico pra poder tá na vida pública, isso é uma construção social. Além de tudo, se ela largar a vida doméstica, ela tem que transferir isso pra outra pessoa, e raramente é o seu parceiro... O primeiro obstáculo para as mulheres é que a atribuição da esfera doméstica segue na esfera pública, eu digo isso com a tranquilidade de quem... sou cuidadora também, num tem como eu não ser cuidadora. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

Estela Bezerra reconhece também que sua função enquanto agente pública se dá de maneira “mais tranquila”, devido à atuação de sua companheira no espaço da casa, que assume grande parte das responsabilidades para que ela possa lidar com a política de forma mais confortável. A deputada que sempre teve sua orientação homoafetiva bem assumida e clara, por vezes enfrenta o preconceito duplamente. Quando questionam sua aparência em determinada situação, onde sua feminilidade é acentuada, pode-se entender que questionam também sua orientação sexual. A orientação sexual é também um elemento que define lugares sociais dos sujeitos, assim, tanto na política como em diversos outros setores de uma sociedade marcada por preconceitos, fugir aos padrões esperados para uma mulher, vai diretamente de encontro a aceitação para a legítima ocupação daquele meio.

Eu não tenho filhos, né. Filho é trabalho, muito trabalho, filho é trabalho pra vida toda, então, eu contribuo com a educação dos meus sobrinhos, que é uma posição muito confortável... Eu cuido da minha mãe, eu tenho sorte, tenho o cuidado da minha mãe e da minha tia, eu tenho irmãos extremamente participativos, nós dividimos, compartilhamos o cuidado com a minha mãe, de maneira muito equânime, então, num tô sozinha. Inclusive meus irmãos por saberem que eu tô na vida pública, fazem comigo o que fariam com os homens, eles me poupam de várias atribuições, eu que pelo amor que tenho a minha mãe, não me desligo, mas meus irmãos permitem que eu me ausente quando preciso tá ausente, coisa que se eu tivesse só, eu teria que fazer tudo e ainda não tá ausente, porque a lesão seria grande, então eu tenho conciliado bem porque a minha vida doméstica, ela é bastante razoável, eu sou casada, tenho uma parceira, que cuida muito da vida doméstica, então, já cuidava, porque ela é mais cuidadosa que eu, minha dinâmica de cuidado é diferente. Eu tenho uma vida bastante razoável pra quem tem que cuidar da

esfera pública como mulher. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

Ser mulher e estar na política requer coragem por parte dela. Coragem para se ausentar do lar, da família e muitas vezes ser julgada por isso; coragem para enfrentar um ambiente no qual todos os elementos que o estruturam parecem ir de encontro à presença dela, e os fatos e discursos aqui expostos, apontam que na prática é isso que ocorre. Ir de encontro a uma cultura machista, patriarcal, sexista, homofóbica, romper padrões e papéis sociais e reivindicar a legitimidade de sua presença no espaço da política não é fácil. No entanto, é isso que essas mulheres têm feito diariamente ao longo de toda a trajetória no espaço da política. Ainda que em algumas situações nos pareça ser “mais fácil, confortável”, para as mulheres vindas de grupos oligárquicos, que carregam sobrenomes de grande prestígio e poder, para elas também são feitas cobranças e exigências que se entrelaçam diretamente com sua condição de gênero. As falas das três deputadas evidenciam e reafirmam todos os questionamentos levantados durante a construção do texto aqui exposto. Ser mulher, seja ela fruto de uma oligarquia ou do movimento feminista, requer muita coragem e disposição para romper barreiras e adversidades diárias.

3.1. Como elas enxergam e vivenciam a atividade política

Algo amplamente discutido por diversos pesquisadores e pelos próprios parlamentares, de uma maneira geral, é a existência e real eficácia da Lei de Cotas, que determina que 30% das candidaturas sejam destinadas a um dos dois sexos, não podendo o sexo oposto ultrapassar o limite de 70% de candidaturas. No entanto, comumente esses 30% são sempre reservados às candidaturas femininas, e por vezes, os partidos não cumprem com esse percentual mínimo exigido, além de ser possível perceber tratamentos diferenciados a composição dessas candidaturas, onde as mulheres apresentam chances inferiores de obterem êxito nas eleições. Para a deputada, o preenchimento aleatório desse percentual sem o compromisso de fato com a construção de candidaturas, verdadeiramente competitivas, dificulta a maior participação de mulheres na política.

Embora tenha a lei dos 30% ela não tem eficácia, porque não adianta você botar uma lei que limita o número de mulheres, se não tem um investimento nelas, então muitos partidos pegam só nome da mulher pra completar essa cota... você tem candidatas sem ser candidatas, candidatas de fantasia, só pra ter o número porque a lei determina... a participação da mulher podia ser maior, talvez ter uma lei que determinasse de fato a obrigatoriedade das vagas que aí sim você teria representatividade da mulher e talvez isso por pouco tempo e depois na cultura elevasse esse número de mulheres, acho que a participação tende a crescer... eu acho que a política só tem a ganhar com isso. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016).

Quanto aos projetos e leis diretamente relacionados à promoção dos direitos das mulheres, ela aponta o relatório socioeconômico da mulher paraibana, que é anualmente produzido pela secretaria, cujo objetivo é dar conta da inserção das mulheres no mercado de trabalho, se elas tiverem ou não filhos, para que com o levantamento possam ser elaboradas políticas públicas voltadas para as mulheres. Ela afirma ainda existirem alguns empecilhos quanto à aprovação de projetos de sua autoria, não pelo fato de ela ser uma mulher e estes serem vistos como de menor importância, mas sim por ela fazer parte da oposição ao Governo do Estado. “Outros bons projetos foram vetados pelo governador, que era a inclusão de um percentual de mulheres na construção civil, ele foi aprovado na assembleia e vetado pelo governador, tem essa dificuldade, mas aí não é pelo fato de eu ser mulher, é pelo fato de eu ser oposição ao governo”.

Quanto à existência de parcerias ou de união entre as representantes mulheres da Assembleia, a deputada afirma não haver, ainda que haja um bom diálogo, sobretudo, com uma delas. “Eu tenho muito contato, muita parceria com Estela, porque a gente faz parte da CCJ, a gente faz parte da Comissão da Mulher, eu converso muito com Estela, mas projeto em comum não temos não. Às vezes a gente faz em relação à condição da mulher, audiências públicas com determinado tema”.

Interpelada quanto ao seu posicionamento diante do fato de ser uma mulher, e ser uma das poucas representantes do gênero feminino e com isso possuir grande responsabilidade de se fazer ser vista e ouvida e se com isso ela enxerga a necessidade de possuir um discurso que promova uma maior igualdade de gênero na política, a deputada afirmou que a sua presença naquele ambiente e a sua prática enquanto parlamentar são mais eficientes na promoção desse tipo de debate.

Eu busco não nos discursos, nem tanto nos discursos, mas assim através de... eu tento botar projetos defendendo a mulher, mas pra inclusão da mulher eu acho que é mais o exemplo, muito mais do que o discurso, vale é a atuação, aí você termina virando um exemplo de que é possível, de que se pode, de que é possível você ganhar, é possível você fazer um bom trabalho, é possível você tá na vida, eu acho que o exemplo é muito mais forte do que qualquer discurso. A prática é mais forte do que qualquer discurso. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Alguns autores discutem que algumas mulheres, quando já inseridas no meio da política, continuam delegadas a papéis de menor destaque, sendo incorporadas, por exemplo, às comissões de menor prestígio e expressão. Quanto a isso, a deputada Camila Toscano, afirmou não enxergar esse tipo de situação na ALPB, já que a comissão de maior prestígio e relevância na Assembleia seria a CCJ, na qual é presidida por uma mulher, Estela Bezerra e tem como vice, ela mesma. No entanto, um fato deve ser levado em consideração, a Comissão de Constituição e Justiça de uma Assembleia é essencial para a discussão e aprovação de matérias extremamente importantes, das quais, muitas requerem agilidade na sua aprovação como meio de “beneficiar” a atuação do Governo do Estado. Assim, Estela Bezerra do PSB, partido do atual governador Ricardo Coutinho, tem papel fundamental na aprovação das pautas de interesse do governo, evidenciando que sua presença na presidência dessa comissão é estratégica para os interesses do governo.

A deputada Camila Toscano relatou que apesar das dificuldades encontradas por uma mulher para se estabelecer no meio da política, o desejo de ajudar as pessoas é o que a move para que permaneça como agente pública.

Ajudar as pessoas, você conseguir ser uma voz das pessoas, você ter um problema de uma cidade e você trazer pra Assembleia, esse problema ganhar uma repercussão estadual e você consegue melhorar, você consegue ajudar, sem dúvida nenhuma, é essa. Porque na verdade o deputado é isso, o deputado é uma voz, porque como disse, a gente tem limitação pra legislar, a gente tem além da dependência pra legislar, a gente fica na pendência pra o governador sancionar as suas leis, então acho que o mais forte do deputado é a voz. Defender um direito, defender uma cidade, defender um povo. (Entrevista Camila Toscano, 14 de julho de 2016)

Para ela, a atuação enquanto deputada, é uma das coisas que a permite dizer-se “realizada”. Apesar da sua formação como advogada, o cargo na política é hoje a sua atividade mais importante e ela afirma ter sido consumida por aquele universo de forma

intensa. “Engraçado que quando eu era advogada, eu achava que eu era realizada e que eu ia viver daquilo pra sempre, inclusive quando ganhei a eleição eu disse, vou continuar advogando porque eu gosto mais. Só que aí você é consumida pela deputada, e hoje eu já não queria mais voltar a ser advogada”.

A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é algo defendido pela deputada, que afirmou não ser feminista e, desse modo, não acreditar que o simples fato de ser uma mulher não significa “que tudo vai dar certo”. “Pra mim a questão não é gênero, é competência, é a possibilidade de ter oportunidade... e isso a gente tem conquistado, mas acho que a participação feminina ainda é muito pequena na política”. No seu primeiro mandato como deputada na ALPB, no ano de 2010, Daniella Ribeiro ocupou a presidência da Comissão de Direitos das Mulher e colocou que uma de suas ações para promover a maior participação de mulheres na política foi fazer uma espécie de “chamamento” voltado para as mesmas que não se reconhecem como pertencentes àquele meio. “A gente fez um projeto na Assembleia pra aumentar a participação feminina... um chamado mesmo, de educar as mulheres pra entrar na política, que ela é política também dentro de casa, no dia a dia, ela é muito política, mas pra participar ativamente na política partidária... num vai muito não”.

Daniella Ribeiro reconhece que o espaço de participação das mulheres, ainda que de maneira lenta e gradual, tem se ampliado no entanto, a maneira como é estruturada a Lei de Cotas também é algo questionado pela deputada, que não vê na prática os efeitos esperados a partir da aplicação da Lei. Ela relatou que nas eleições de 2014, o Estado da Paraíba, proporcionalmente, foi o que obteve o maior número de candidatas inscritas, contudo, estas não conseguiram se eleger, formando um quadro na Assembleia Legislativa, no qual dos 36 deputados, apenas 3 são mulheres. Mesmo sendo previsto em lei que os partidos políticos invistam um percentual mínimo nas candidaturas femininas, na prática, as três deputadas relatam que de fato isso não ocorre, fazendo com que o baixo número de representantes femininas na política não sofra expressivas alterações;

Eu acho que foi aberto o espaço para que houvesse essa entrada, não só na política mais em vários outros espaços. O que eu vejo é que as mulheres tem uma dificuldade maior no financiamento de campanhas. Por exemplo, os partidos têm cotas para candidaturas, mas não tem cotas para obrigatoriedade da entrada dessas mulheres. Muitas dessas mulheres entram porque tem apoios de entidades, de empresas, ou de famílias que têm mais condições. Hoje nós temos a maioria do eleitorado, mas não temos a maioria da nossa representação. Então, hoje, já tramita

um projeto na câmara federal sobre a obrigatoriedade de já começarmos com 10% da entrada das mulheres, não só na candidatura. A gente ver que esses 30% das cotas não necessariamente surtiu muito efeito... Aparentemente, se candidataram só para cumprir as cotas. O que acontece é que antes de tudo tem que ter a reserva para que as mulheres de fato consigam entrar, uma obrigatoriedade, uma reserva de fato para a entrada dessas mulheres. (Entrevista Daniella ribeiro, 14 de fevereiro de 2017)

Daniella entende também que as mulheres são as mais adequadas e capazes de compreender a necessidade de certas políticas públicas, para ela as mulheres possuem maior sensibilidade para que haja esse tipo de compreensão. A situação utilizada abaixo pela deputada para exemplificar sua fala, retoma a conformação do papel social tradicionalmente atribuído às mulheres, o do cuidado e manutenção do bem estar dos filhos. Ainda que os homens se preocupem com essa questão, é a mulher que “melhor” desempenha essa função.

Os homens contribuem, mas eles não compreendem na essência, pois quem vivencia é a mulher. Um exemplo é a creche: uma creche bem organizada possibilita que uma mãe trabalhe. Se o seu filho estuda em uma boa escola, certamente uma mãe trabalha tranquila. Tudo isso são políticas públicas onde a mulher sofre mais diretamente as consequências, mais do que os homens. Saber que o seu filho está numa creche boa é essencial para a mulher trabalhar tranquila. Nós como mãe nos preocupamos muito com isso. A sensibilidade feminina agregada com o entendimento de que não é ser só mulher que faz com que você mereça estar na política. É preciso ter vocação, o amor, o compromisso, a competência, seja homem ou mulher, essas qualidades são importantes. Podemos ver que existem mulheres na política que não nos orgulham tanto, que não nos representam pois não dão o retorno necessário. (Entrevista Daniella Ribeiro, 14 de fevereiro de 2017)

A deputada Daniella completa sua fala afirmando ser necessário o trabalho conjunto de homens e mulheres no sentido de atender o bem maior da política, que é “servir ao povo” e reforça também que determinadas questões poderão ser melhor compreendidas por mulheres do que pelos homens, podendo ser observada também a situação inversa.

Eu acho que todos dois contribuem e cada um tem sua inteligência, sensibilidade e perspicácia. Talvez o que diferencie é que o homem tem outro olhar para determinados temas, assim como nós mulheres também temos outros olhares. Um exemplo

disso é que hoje temos a Comissão em defesa dos direitos da mulher e naturalmente quem preside é uma mulher, então ela estará focada com a questão da violência contra a mulher, tanto a física, como a psicológica, bem como outros temas voltados para as mulheres. Então são temas que para o homem não é muito natural ele discutir, mas a mulher puxa essa bandeira (os homens apoiam o debate, mas que puxa esse debate é a mulher). O câncer de mama quem puxa o debate é a mulher, assim como o câncer de próstata quem puxa na maioria das vezes são os homens (as mulheres são grandes incentivadoras para que eles façam exames preventivos). Cada um tem uma forma de ver, tem afinidades com alguns temas, não especificamente mulheres puxam só temas voltados para mulheres, mas é fato que existe certo interesse de cada um. Por tudo isso, acredito que o grande segredo é a interação do homem e mulher e a contribuição que cada um pode dar para a sociedade. (Entrevista Daniella Ribeiro, 14 de fevereiro de 2017)

Para a deputada, o que mais a entusiasma na atividade política é o contato com o povo, são as pessoas, “a expectativa que as pessoas criam de que você pode ajudá-las, que o povo seja beneficiado pelas leis e de cumprir com minha obrigação de Deputada... Tenho prazer no meu mandato popular”. O mandato popular citado pela deputada, se refere a uma ação realizada por ela enquanto parlamentar, no sentido de reservar períodos para se reunir com a população de determinada localidade e discutir assuntos de interesse dos mesmos, ela acredita que dessa forma, mantém seu mandato mais próximo do povo e assim, pode desenvolver ações que os beneficie diretamente de acordo com as necessidades expostas durante os encontros.

É consenso entre as deputadas, a necessidade de políticas que invistam de fato e preparem as mulheres para a disputa na arena política. Assim, elas chamam a atenção para a ineficiência da Lei de Cotas. Para a deputada Estela Bezerra, a cota por gênero resumiu-se a obrigação dos 30% voltados à reserva de candidaturas para as mulheres, não havendo desse modo, nenhuma situação em que esse número seja ultrapassado. Além de ser comum também, os partidos não obedecerem à exigência desse percentual mínimo nem fazerem os investimentos necessários para que estas mulheres possam disputar em condição de igualdade.

Muitas das candidaturas das mulheres são laranja... a gente precisa compor 30%, aí chamam mulheres que não tem nem trajetória, nem condição material para ir ... o que eu sinto das mulheres é que as candidaturas das mulheres não tem o apoio financeiro diferenciado, inclusive pra gerar a cultura da participação política das mulheres, não tem uma preocupação no partido, isso se reflete tanto na formação, na garantia das

candidaturas como no investimento financeiro das candidaturas.
(Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

Ao longo de toda discussão aqui apresentada, é possível perceber que a deputada Estela Bezerra, devido sua formação e vivência, inclusive como militante feminista, possui uma compreensão completamente inversa quanto às questões de gênero, quando comparada a fala das outras duas deputadas, ainda que elas entendam a baixa representação feminina na política como um problema e enxerguem a divisão dos papéis sociais como uma dessas razões, há uma compreensão genérica, não aprofundada, que não enxerga a necessidade de desconstrução dos discursos e situações que reforçam esse tipo de ideia. Nesse sentido, Estela entende a Assembleia, assim como o espaço da política de uma maneira geral, como um ambiente machista, pautado na misoginia. Além da condição de gênero, como as demais deputadas, Estela enfrenta ainda a barreira social em razão de sua orientação sexual, que na situação abaixo por ela citada, evidencia como determinadas questões influenciam no estabelecimento do lugar social dos indivíduos, mesmo no caso citado, tendo havido a empatia da maioria da Casa, a fim de conter um possível debate, claramente, preconceituoso no sentido de tratar a orientação sexual.

A Assembleia é pura misoginia, o ambiente da política foi feita toda pro homem, até o banheiro das mulheres é uma coisa muito recente, porque como tinha muito pouca mulher na política, a estrutura é toda muito masculina. Os termos são todos masculinos, não tem inflexão de gênero, é classista, é racista. Você tem que considerar aí o perfil de quem chega pra representar e quais os interesses que representa, então, hegemonicamente os parlamentos... a pessoa pode ser de direita, pode ser de esquerda, pode ser conservador, pode ser progressista, mas tendo espírito público, você garante ali o núcleo de comportamento que seja representar o interesse público, e nós assistimos, total deteriorização, a falta de legitimidade da representação advém disso... e hegemonicamente o que se reproduz na Casa, o que se reproduz na Assembleia é os valores que estão permeando essas classes dominantes. E essas classes dominantes que aí estão, elas são machistas, são racistas, são classistas, elas são homofóbicas, talvez o tema da homofobia, o tema da cidadania LGBT seja o que mais avançou, você observa isso, por exemplo, no título de cidadania que a gente deu a professora Eleonora Menicucci, o debate foi muito em cima do aborto e da lesbianidade, uma possível relação que ela teve com uma mulher no período que tava presa e o Tovar, que é o deputado de Campina, não só questionou como ele tentou retirar o título e ele perdeu no argumento para os homens e todos eles reprovaram a crítica que ele fazia ao fato dela ser lésbica, e ele retraiu o debate porque os homens contestaram, então a gente tem

tido, esse é um indicador de que essa questão teve solidariedade. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

Quanto à atuação parlamentar, Estela Bezerra afirmou ter a preocupação para que seu mandato “não sofra de estigmatização, considerado um mandato de uma nota só”. Por isso estrutura suas ações de acordo com todas as áreas que ocupou ao longo de seu histórico de reivindicações.

Eu discuti o estatuto da metrópole, fiz a discussão e conquistamos a regulamentação das cinquentinhas, fizemos a discussão da reforma política... eu tenho a Frente Ambientalista e tenho a Frente LGBT,, são temas que expressam as áreas onde eu transitei e que não permite o isolamento do mandato”. Então eu não encontro resistência ao que eu apresento. Sou presidente da CCJ, isso determina uma posição relevante no processo de aprovação dos projetos.. mas eu sinto que as minhas pautas, o meu pensamento progressista, o que eu represento enquanto modelo, visão de sociedade é muito atacado.(Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

As pautas em específico que se voltem propriamente para a discussão e defesa dos direitos das mulheres, sofrem um tipo de cisão, de seleção, de acordo com o que é convencionalmente aceito. As questões que são direcionadas a temas socialmente polêmicos, de vertente mais libertária e emancipatória são como podem ser observados no parlamento brasileiro, de uma maneira geral, negados e excluídos por determinados setores da política representativa.

Existe um posicionamento tácito em defesa das questões das mulheres, da pauta das mulheres, no que tange as mulheres vítimas de violência, mas no que tange a sexualidade, os direitos reprodutivos e sexuais, não. As mulheres conservadoras são conservadoras. No termo da diversidade de gênero, você tem votos de mulheres do lado de lá, os votos que eu tive do lado de cá, foram todos dos homens, as duas mulheres que estavam na bancada, da bancada conservadora, votaram contra o termo diversidade de gênero que tem correlação direta com a naturalização da violência contra a mulher, com a naturalização do estupro... não é porque você é mulher que você defende a pauta das mulheres... tem uma sensibilização a defesa das mulheres, mas dentro da sua construção ideológica, dentro da sua trajetória... não tem uma pauta unificada, eu tenho uma parceria com Camila, porque Camila é mais aberta e ela é presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e eu sou a vice presidente. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

A maneira como as mulheres são socializadas, como é determinado seu papel na sociedade, permite-lhes que possuam um olhar mais cuidador quando inseridas no meio da política, questões que são culturalmente delegadas às mulheres, quando colocadas no meio político, parecem ter nelas maior simpatia. Isso seria um dos fatores que contribuem para a construção da ideia de que as mulheres seriam “mais sensíveis” à determinadas questões.

Há uma construção social das mulheres, que não tem a ver com feminilidade nem com masculinidade, é uma construção social das mulheres que nos obriga a ser mais cuidadoras, a ter uma visão mais ampla de bem estar, isso é uma grande contribuição das mulheres na política, essa formação das mulheres não devia ser só das mulheres, deveria ser de mulheres e de homens, a noção de que a gente é ser social e é a gente é interdependente, autonomia não tem a ver com a ausência de cuidado de si, do outro, então as mulheres são melhor educadas hoje pra o cuidado da vida pública, da vida coletiva, por conta dessa maneira da mulher ser educada. Essa maneira da mulher ser educada, devia ser pra mulher e pra homem, saber cuidar das coisas e cuidar dos outros. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

A desvalorização daquilo que se refere ao feminino está diretamente relacionado às atribuições de gênero, com a maneira como a nossa sociedade foi construída, pautada na divisão sexual e delimitação do espaço privado e da reprodução para as mulheres e no espaço público, do trabalho, do desenvolvimento para os homens. Nesse sentido, é preciso reforçar a importância da discussão dessas questões, da necessidade de desconstrução de valores e conceitos que subjagam as mulheres devido ao gênero. Sob esse aspecto, a deputada Estela compreende a maior dificuldade das mulheres se estabelecerem nos espaços sociais e de poder, como a política.

As mulheres pra estarem emancipadas e livres precisam não ter os seus corpos tão julgados, tão violados, tão com mais valia, acho que nada no mundo sofre mais valia que o corpo das mulheres, seja pro trabalho, seja pra sexualidade, então não discurso, uma ação que promova de fato a emancipação e a libertação das mulheres, tem a ver com o respeito a existência das mulheres, desde a sua diferença, desde o seu corpo, desde a sua sexualidade. A sexualidade ainda é o locus de maior opressão e de dominação em cima da outra pessoa, por isso que o corpo da mulher vale menos, o estupro da mulher não é tão importante assim, vários homens estuprarem as mulheres, isso é uma responsabilidade das mulheres, do que ela vestiu, de como ela se porta, de que hora ela tava na rua. Isso serve também para os

transexuais que é o ‘rabo da gata’, isso serve também, a carne mais barata do mercado é a carne negra, porque valemos menos na sociedade? Tudo que é nosso vale menos. Nosso trabalho vale menos. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

Para Estela Bezerra, o que mais a entusiasma na política, é poder gerar o bem comum, é poder ver as pessoas participando, envolvidas na política a fim de resolver suas questões e a dos outros através de consenso. É poder promover igualdade e justiça social.

Você conseguir através da política, casa pra quem precisa de casa, dirigir recursos pra quem precisa da esfera pública, qualificar as pessoas, permitir que as pessoas tenham acesso a informação e a educação de qualidade, seja onde elas estejam, pra que elas possam escolher e contribuir na vida social do seu lugar, com seu talento. É poder promover lazer e mobilidade adequada, bem estar e acesso a cultura, produzir a identidade das pessoas, promover a identidade das cidades das pessoas, acho que isso é uma coisa muito importante, eu só enxergo a política como capaz de fazer isso. O que mais motiva é isso, acho que a política é a única ferramenta, se não fosse a política, não tinha educação pública, não tinha saúde pública, a gente não tinha solução na vida, então, me anima muito que a política produza de fato isso, que as pessoas participem, escutem, escutem a ideia de vida. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

A vivência da atividade pública e política por parte das três deputadas aqui analisadas, reflete diretamente a maneira como elas enxergam questões como a condição de gênero, a delimitação de papéis sociais, o lugar social atribuído às mulheres. Ao contrário da deputada Estela, Camila e Daniell não possuem uma compreensão clara acerca da questão de gênero dentro do universo da política, elas apresentam falas que corroboram, esbarram na categoria de gênero, como por exemplo, ao entenderem que para as mulheres se torna mais difícil o acesso à política, quando elas têm dentro de casa a exigência de manter determinados cuidados e obrigações. Assim como ao enxergarem que as mulheres são julgadas por sua aparência, pelos seus corpos, pela sua roupa, tendo por vezes posta em questionamento sua capacidade e competência de ocupar o espaço público. No entanto, ao mesmo tempo elas aparentam ter dificuldade de relacionar essas situações a estruturação do gênero feminino como de menor importância em comparação ao masculino. Ao dizer isso, não se tenta de maneira alguma retirar a importância e necessidade dessas mulheres estarem inseridas no ambiente da Assembleia Legislativa. A defesa, por elas feita, da permanência das mulheres no espaço público e a discussão de matérias que influenciam diretamente na construção da mulher como ser social são de

extrema relevância para a construção de uma sociedade cada vez mais igualitária no que se refere as oportunidades dadas a homens e mulheres.

3.2 Trajetória política: movimentos sociais e os nomes de família

A permanência no poder é uma das características dos grupos de tradição política, as oligarquias. Com o passar dos anos, estas que sempre representaram valores conservadores, foram aos poucos incorporando as mulheres ao seu círculo de poder. No momento em que os homens começaram a “faltar” (por não poderem mais se candidatar ou simplesmente por não demonstrarem interesse), as mulheres se tornaram opção para dar continuidade a certos nomes e ocupar determinadas cadeiras. É nesse sentido, que é possível pensar a entrada de algumas mulheres no espaço da política, a deputada Daniella Ribeiro é um desses exemplos. No início, seu nome não era considerado pelo seu pai, também político, para exercer a função.

Como a gente vive numa sociedade muito machista, hoje as coisas mudaram muito, então era difícil pra mim enxergar dentro de casa eu na política, eu sempre achava que ia ser meus irmãos. Uma vez meu irmão era estadual e houve a possibilidade... ele recebeu o convite pra ser vice de Roberto Paulino, ai abriu essa vaga... a gente numa reunião, eu super política ali nos bastidores, ai meu pai disse: então se Aguinaldo for então Pedro você vai ser o deputado estadual. Meu irmão nunca quis saber de política, que injustiça... mas ainda aquela coisa de mulher, como eu ia me atrever naquele instante a dizer que quero... eu tive que adiar um pouco, ter sabedoria pra esperar o momento. (Entrevista Daniella Ribeiro, 07 de julho de 2013)

A deputada Daniella sempre que questionada a respeito dos motivos e influências que a fizeram enveredar pelo caminho da política, afirma enxergar na vocação, a principal razão para isso. O nome de seu pai, político há mais de 30 anos, como ela mesma afirma, para ela não foi determinante para a sua entrada na política. No entanto, é sabido que o meio que mais proporciona a entrada de homens e mulheres na política, com destaque para uma força na política que se faz no Nordeste brasileiro, os nomes de família e os grupos oligárquicos de poder, são fundamentais para a entrada e manutenção também das mulheres nesse meio. Desse modo, pela característica de perpetuação de um sobrenome nos espaços de poder, é possível categorizar as deputadas Daniella Ribeiro e Camila

Toscano como representantes de tais grupos, que têm sua inserção e trajetória política alicerçada nesses nomes repletos de prestígio e capital político.

Eu gosto muito de lidar com pessoas, de ajudar. Eu tive uma infância quando meu pai era prefeito de Campina Grande e as programações dele eram todas em torno da cidade, tanto com relação a ir ver as obras de Campina Grande como em relação a minha casa cheia que sempre tinha muitas pessoas... Eu participei de várias campanhas dele, envolvia muito desde muito cedo, militando pelo nome dele. Eu sempre gostei muito, gosto do tema, gosto de política, gosto de ver a questão da cidadania, tudo isso faz com que você acabe enveredando para a política. Em relação à minha entrada na política, meu pai ficou meio receoso, pois ele sabe que é um meio muito masculino, machista e como pai ele se preocupava, inclusive de se deparar com alguma situação de alguém falar de mim. Eu disse a ele que não se preocupasse que eu saberia me defender. (Entrevista Daniella Ribeiro, 14 de fevereiro de 2017)

A deputada Camila Toscano, ao contrário, afirma claramente que sua entrada na política se deve ao nome e a atuação de seus pais, Léa e Zenóbio Toscano, o sobrenome e a consequente influência política exercida pelos dois no cenário da política estadual, são fundamentais no que se refere à inserção dela na política. “A minha influência é do meu pai e da minha mãe... Eles estão nisso há 35 anos, foi desde que eu nasci, então eu passei a vida toda acompanhando eles e entrei por uma situação partidária que precisava de um candidato, escolheram meu nome e por isso eu entrei mas a influência vem deles”.

A deputada Estela Bezerra, diferentemente das outras duas deputadas, não tem sua trajetória na vida pública e política atrelada a grupos ou “nomes de família”, como ela mesma se identificou, de maneira bastante enfática, “não sou produto de oligarquia”. Para ela, essa é a principal porta de entrada para a representação na política paraibana, tanto no que se refere aos homens como às mulheres, são valores e pautas específicos a esse tipo de grupo. O que irá diferenciar homens e mulheres nesse aspecto é justamente o lugar social que cada um deles ocupa a partir de papéis definidos e estabelecidos de maneira diferenciada para ambos os sexos.

A porta de entrada de homens e de mulheres é muito essa porta familiar, a parentela na política da Paraíba é muito forte e é muitas vezes a porta de entrada de homens e de mulheres... a grande diferença é o status, o status quo de um homem na política e o status quo de uma mulher na política. A porta do homem é larga... 30%, 10 % entram, um terço e os homens 70% e que eles conseguem 90% do espaço de representação, é que eles além de ter o maior número, eles ainda tem qualitativamente candidaturas

mais competitivas. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

Quanto a isso ela ainda completa que a representação na política paraibana é muito oligárquica, que a maior parte dos deputados que compõem a Assembleia, alternou o mandato com a mulher, com um filho ou com um sobrinho. “Raramente você tem uma pessoa que veio sozinho, que tem uma trajetória política, um caminho diferenciado, como Ricardo, como eu, né, como algumas pessoas que tão ali na Casa”.

A trajetória política da deputada Estela e a maneira como ela compreende a diferenciada entrada e permanência de homens e mulheres na política, pode ser entendida a partir da sua ligação e convivência com o feminismo. A compreensão que a mesma faz do lugar e papel social designado às mulheres é fruto da sua atuação enquanto feminista e do seu contato direto com as discussões referentes à questão de gênero.

Na universidade eu encontro o feminismo, e ai através do feminismo que eu compreendo uma série de desigualdades que existia, que eu era vitimada e que eu não conseguia entender porque... Todas as diferenças de gênero que são para o cuidado e pelo cuidado eu não aceitei nenhuma delas e não entendia exatamente porque, foi o feminismo e sua teoria de gênero que me fez compreender, ter uma leitura crítica disso, fui ativista feminista durante a minha juventude completa e é através do feminismo que eu sou indicada pra primeira gestão pública participativa, da democracia participativa, da democracia popular, que é a gestão de Ricardo Coutinho em 2005, 2004 eu participo da primeira Conferência Nacional das Mulheres, eu vou ao encontro, eu produzo, sou produtora de Encontro Feminista Brasileiro em 2000, aqui em João Pessoa na Paraíba, participo de encontros internacionais, já tenho uma formação sólida, já sou uma representação local e nacional do movimento feminista quando sou indicada para assumir o primeiro equipamento, o primeiro mecanismo de produção de política pública para a mulher, da Paraíba, que é a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres em João Pessoa... o Centro de Referência as mulheres vítimas de violência, primeiro serviço público, pra tratar as mulheres vítimas de violência que teve aqui na Paraíba, na esfera da saúde e na esfera também da assistência, a gente contribuiu. Primeiro foi na maternidade Frei Damião, na década de 90 quando o movimento feminista e a Cunha, conseguiu implantar o Centro de Atenção as mulheres vítimas de violência sexual, nós não eramos governo, não tínhamos nenhum mecanismo de governo, foi pura pressão e em 2004, 2005 a gente monta esse mesmo serviço de referência na Cândida Vargas, maternidade que tinha sido resistente por conta de uma ação prólife que existia lá. E em 2007, a gente começa a ter o primeiro Centro de Referência de atenção as mulheres vítimas de violência que

agora, quando Ricardo é governador, Campina Grande, também teve esse equipamento, ainda é uma política muito delicada, muito insipiente dentro da demanda e pra distribuição de território. Essa é mais ou menos a trajetória. (Entrevista Estela Bezerra, 19 de julho de 2016)

Ao acompanhar um pouco da dinâmica da política paraibana, claramente se enxerga o caráter conservador, tradicional e comprometido com determinadas pautas e setores da sociedade. Desse modo, não obstante do que ocorre com uma ínfima parcela de homens que ocupam a prática política (negros, gays, pobres), a presença das mulheres na atividade pública e política passa por esse recorte de conformidade com determinadas imposições históricas e culturais que refletem diretamente na questão de gênero. Estar mais próximo ou mais distante do engendramento proporcionado pelos papéis sociais, pode conferir a essas mulheres, maior “facilidade e aptidão” para ocupar e exercer a prática política.

As mulheres oriundas de grupos oligárquicos, tradicionais, de forte capital familiar e político, como as deputadas Camila Toscano e Daniella Ribeiro, na política representativa, permanecem a reproduzir valores e pautas que corroboram com as práticas desse tipo de grupo. Daniella Ribeiro, nesse sentido, apresenta-se sob uma ótica um pouco mais conservadora devido “a fé proferida”, repetidas vezes por ela mesma ressaltada e de importância fundamental na sua conduta enquanto parlamentar. A deputada apresenta um discurso mais romantizado da política, colocando sua participação nesse meio como um “desejo vindo de dentro”. Ainda que a deputada represente valores mais tradicionais e tenha tido importante apoio do capital político e familiar, vindo de seu pai, a política também revelou para ela, talvez de maneira menos acentuada, seu caráter machista e preconceituoso no que se refere à presença de mulheres nesse espaço.

Da mesma forma, a deputada Camila Toscano, que atrela sua vida política a convivência e ao legado político deixado pelos pais, também se apresenta sob o signo da representação tradicional. A mesma dispõe mais matérias que promovem a discussão das questões relacionadas aos direitos das mulheres, é necessário ressaltar que tal constatação se explica também pelo fato da mesma presidir a Comissão da Mulher. No entanto, estas são também pautas de maior conformidade com aquilo aceito passivamente pela sociedade, que são as ações voltadas para a promoção das mulheres no mercado de trabalho, da assistência à saúde básica da mulher, dos cuidados maternos e do combate à violência doméstica.

A deputada Estela Bezerra, que possui trajetória pública e política completamente diferenciada das outras duas deputadas, transita por discussões que englobam questões de diferentes ordens no que se refere aos direitos e emancipação feminina e ao caráter progressista da política como um todo. Ainda assim, pautas de maior custo social, devido à polêmica de seus conteúdos (como a questão do aborto, por exemplo), não se apresentam diretamente na suas práticas enquanto legisladora.

O lugar social, familiar, a formação intelectual e ideológica, religiosa, são determinantes no que diz respeito a adoção ou não de determinados discursos e pautas, evidenciando que a condição de gênero independe na tomada de decisões.

A presença dessas mulheres no espaço da política, na Assembleia Legislativa, parece se tornar menos socialmente custosa, quando estas advêm de setores e grupos mais conservadores da sociedade. É possível perceber na fala das duas representantes desse grupo, uma posição talvez mais confortável quanto ao tratamento dado à mulher na política. Mesmo estando em conformidade com os valores tradicionais e os papéis culturalmente estabelecidos e aceitos, essas mulheres não deixam de ter uma permanência na vida pública e política, atrelada a questionamentos de gênero e outros tipos de discriminação.

O que se entende é que, ainda que essas mulheres representem em algumas de suas proposituras e discursos, valores tradicionais quanto ao papel e condição das mulheres, compreende-se que as mulheres são fundamentais no processo de defesa e argumentação das propostas e direitos que se voltem diretamente para elas. O tipo de ação, de projeto, de garantias que será apresentado, conforme o exposto, ao longo dessas reflexões, irá se basear na sua construção enquanto ser social, nos seus valores e ideários. Ainda que as mulheres se configurem como as mais aptas e adequadas para representarem a população feminina nos espaços de poder, a sua formação social, familiar e religiosa, será refletida na sua condução enquanto representante, deixando de fora do debate legislativo e de poder, questões que importam e contemplam outros tipos de mulheres que fogem ao espectro do qual essas parlamentares fazem parte.

É sabido também, que na política brasileira, a maior parte da população não se encontra devidamente representada, sobretudo na esfera legislativa, onde sua composição é quase que por completo preenchida por homens, brancos, de determinada orientação sexual e religiosa e detentor de largo capital financeiro e status social, deixando de fora da representatividade mulheres, negros, a população LGBT, as comunidades ameríndias e quilombolas, e tantos outros segmentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do espaço público pelas mulheres tem se dado ao longo dos anos em razão de uma série de lutas e reivindicações. A elas coube se impor e literalmente gritar por esse lugar no mundo da política. No entanto, todos os argumentos construídos ao longo do texto, todos os dados, as discussões de vários autores aqui citados, e os relatos das próprias mulheres, nos apontam com clareza toda uma estrutura social e cultural que implica na existência de uma gama de dificuldades quanto à participação, presença e consolidação das mulheres na política. O baixo número de mulheres nesse meio e o que tratamos como sub-representação feminina na política, são os reflexos dessa estruturação.

Pensar a delimitação de diferenciados papéis sociais determinados a homens e mulheres, nos permite compreender o porquê do cenário político ainda se apresentar como algo resistente a plena participação de mulheres. É evidente que elas têm ao longo dos anos reivindicado essa presença e ocupado o lugar que lhes é de direito. As candidaturas femininas, desde a promulgação da Constituição de 34, tem se repetido contudo, esse fato não nos deve fazer crer que os impedimentos sociais impostos às mulheres têm sido plenamente superados. Ainda que esse lugar e participação venha ocorrendo regulamente ao longo dos mandatos, o número de mulheres que ocupam as cadeiras nos poderes Executivo e Legislativo brasileiro são extremamente baixos.

No sentido de buscar entender essa dinâmica da política, que permanece a colocar as mulheres em um baixo quadro de representação, que tomamos a Assembleia Legislativa da Paraíba como locus de interesse e as três deputadas, Camila Toscano, Daniella Ribeiro e Estela Bezerra, que completam a estrutura de 36 parlamentares da Casa de Epitácio Pessoa, como sujeitos de pesquisa. Esse cenário da ALPB evidencia os baixos números que questionamos durante as argumentações de todo o texto, elas não chegam nem a 5% da representação do parlamento paraibano. Essa sub-representação feminina que está presente também na Assembleia, tem relação direta com as barreiras sociais e culturais que são impostas às mulheres durante esse processo de inserção na política. As relações de gênero, constituída como uma relação de poder, se apresenta

também como um meio que nos permite apreender as desigualdades existentes entre homens e mulheres em todas as esferas da vida social e, sobretudo, que se confere como nosso principal interesse, no ambiente da representação política.

Através da observação etnográfica, do “estar lá”, desse contato direto com “o mundo do outro”, que no caso também é o nosso, já que o cenário aqui estudado é de certa forma como caracteriza Da Matta, familiar ao pesquisador, que podemos compreender a maneira pela qual as três referidas deputadas puderam ocupar esse espaço da política, configurado na estrutura da ALPB, quais os mecanismos por elas utilizados a fim de se fazerem ativamente presentes nesse meio, quais as principais dificuldades por elas encontradas, de que maneira elas constroem suas trajetórias, como lidam com a execução de seus mandatos e como elas mesmas apreendem a participação das mulheres na política. A partir da atuação e da fala dessas mulheres, nos foi permitido verificar como elas enxergam o lugar da mulher na política, como lidam com as questões dos papéis sociais e de gênero, amplamente e insistentemente abordados por nós, nosso maior interesse ao longo dessa dissertação, esteve em compreender como é para elas ser mulher e estar na política, foi verificar se a condição de gênero está diretamente relacionada às ações dessas mulheres como parlamentares, buscar os elementos que possam nos ajudar, a partir das experiências na atividade política por elas relatadas, a compreender porque o ambiente da política ainda apresenta uma espécie de resistência quanto à participação das mulheres.

Para tentarmos entender esse fenômeno, buscamos retomar o percurso de lutas e reivindicações das mulheres ao longo da história política e social do país. A articulação de mulheres, inicialmente nos bastidores, de maneira clandestina, no sentido de não terem permissão de assumirem sua identidade, e posteriormente, nas ruas, nos bairros, nos sindicatos, nos fóruns e congressos de mulheres foram fundamentais para que hoje elas tenham consciência da necessidade e do direito que possuem de fazerem parte também do espaço público aqui em questão, o espaço da política (partidária).

A maneira como homens e mulheres foram socializados, a histórica e cultural subjugação das mulheres ao mundo privado, da casa e da reprodução, e da privilegiada ocupação da esfera pública, do trabalho, do conhecimento, da política, por parte dos homens, caracteriza-se como um dos principais fatores que impediram as mulheres de serem e se sentirem preparadas e aptas e proprietárias da mesma legitimidade que cabe aos homens de ocuparem o espaço da atividade política. Devido a esse fato, muitas

mulheres mostram-se receosas, amedrontadas em ocuparem o espaço da política, já que socialmente foi imposto a elas que aquele não seria um lugar próprio e de direito delas.

As mulheres quando superam todos os impedimentos criados pela estrutura e dinâmica da política, quanto à participação delas, se inserem nesse meio comumente, a partir de duas principais vias, o pertencimento à grupos oligárquicos, aos nomes de família, e devido ao contato e participação em movimentos sociais, assim, estabelecem suas trajetórias e constroem seus contatos iniciais com a política. Nesse sentido, através da pesquisa realizada, as três deputadas analisadas, podem ser identificadas com os meios de inserção acima citados, duas das parlamentares, Camila Toscano e Daniella Ribeiro, pertencem ao status dos nomes de família, ambas pertencem e possuem conhecidos e poderosos sobrenomes da política estadual. Diferentemente, Estela Bezerra tem sua trajetória enquanto mulher pública, alicerçada no contato e atividades junto ao movimento feminista. As trajetórias e meios de inserção e fixação no poder, diferenciados das três deputadas, implicam em algumas concepções distintas quanto à presença e participação das mulheres na política, de suas atuações enquanto parlamentares e de suas apreensões acerca do lugar da mulher na política.

Assim, Camila e Daniella apresentam em seus discursos, na execução de seus mandatos e nas suas proposituras, características mais conservadoras, que refletem e reforçam o papel tradicional da mulher na sociedade e na política, que se direcionam mais a questões relacionadas à maternidade, ao mercado de trabalho e ao combate à violência doméstica. Diferentemente de Estela, que possui maior compreensão quanto às questões de gênero, que possui um discurso e uma prática de cunho progressista e libertário, como ela mesma afirmou durante sua entrevista, propondo assim pautas e debates que não se delimitam apenas ao papel tradicional da mulher na sociedade.

O que enfatizamos durante nossas problematizações é que o lugar social do qual essas mulheres falam, suas experiências pessoais de vida, e suas formações ideológicas, se relacionam diretamente com a maneira como cada uma delas vivencia e compreende a prática política. Antes de ir a campo, algumas pré-noções quanto ao lugar de cada uma dessas três mulheres na política, faziam parte de minha compreensão do que é ser mulher e estar na política. Assim, de início me parecia mais confortável para as mulheres fruto das oligarquias, que apresentam muitas vezes, discursos e pautas mais conservadoras fazerem parte daquele meio, cabendo apenas àquela que foge a essa “regra”, as dificuldades e cobranças de ser uma mulher política. No entanto, ao longo de toda pesquisa, tornou-se claro que para qualquer mulher, seja ela pertencente aos nomes de

família, as oligarquias ou tenha elas suas experiências atreladas ao contato com o feminismo para estar na política, requer da parte delas muita coragem e disposição para enfrentar estruturas que tentam diariamente provar que aquele ambiente não pertence a elas.

A política não foi concebida como algo próprio para as mulheres, a política se estrutura de maneira masculina, ela reivindica e legitima a presença dos homens, às mulheres cabe enfrentar uma série de barreiras que tentam impedi-las de se fazerem presentes naquele meio. Elas são excessivamente cobradas, não da mesma maneira que os homens, não pela sua atuação enquanto parlamentar, que apresente proposituras relevantes, elas são cobradas não só por isso, mas pelo seu gênero, pelo papel e pelos padrões sociais que lhe foram impostos. Quando são questionadas por sua aparência, pela maneira como se vestem, pelo seu estado civil, pela maternidade, pela suspeita de se realmente merecem estar ali, são questionadas pelo seu gênero, fato que não ocorre com os homens públicos que se encaixem no padrão de masculinidade.

Ser oriunda de um grupo de poder, que possui forte e influente capital político, pode implicar, como a própria Camila Toscano e Daniella Ribeiro afirmam, um meio mais tranquilo de se inserir na política, já que alguns impedimentos sociais como o econômico e o do próprio prestígio podem ser mais facilmente superados no entanto, a barreira social e cultural que se impõe às mulheres são para todas, e ainda que de maneiras distintas, recai sobre todas elas. A Estela Bezerra, compreender-se como feminista e fugir aos padrões de gênero da feminilidade, soma-se todos esses problemas que implicam na não aceitação social e não legitimidade da presença de mulheres no espaço da política.

Pode-se questionar diante de toda essa discussão, o porquê da necessidade das mulheres na política, assim como aos homens, é direito das mulheres se fazerem representadas, é direito das mulheres terem suas apreensões e demandas projetadas, discutidas e aprovadas na forma de lei ou de política pública que promovam o bem estar e a emancipação de todas elas, sejam elas aquelas que sofrem violência de gênero, aquelas que reivindicam seu direito à saúde, ao corpo e à escolha da reprodução, ou aquelas que lutam pela construção de mais creches e escolas, pensando na melhoria de sua vida e da sua família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, Brasília. 2009.

_____. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com representação institucional. In: **Saberes e fazeres de gênero – entre o local e o global**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 2006.

BARBOSA, Claudia de Faria. Presença feminina na política: cidadania e os espaços “público e privado”. In: **GT Política e Feminismo**. Coordenado por Ana Alice Costa e Maria Salete da Silva. Disponível em: www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/politica.pdf. 2008.

BATISTA, Camila Lima. Análise histórica sobre os direitos políticos das mulheres no Brasil. In: **GT Política e Feminismo**. Coordenado por Ana Alice Costa e Maria Salete da Silva. Disponível em: www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/politica.pdf. 2008.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Organização Celso Castro. RJ: Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

COELHO, Leila Machado & BAPTISTA, Marisa. **A história da inserção política da mulher no Brasil**: Uma trajetória do espaço privado ao público. *Psicologia Política*. V. 9, n. 17. 2009.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política**. *Revista Labrys. Estudos Feministas/Études Féministes*. Brasília, v. 7. 2005.

_____. **As donas do poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA. Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativista da cultura**. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 1978.

GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. In: *Estudos Feministas*. Ano 9, 2 semestre 2001.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso. 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Objeto, método e alcance desta pesquisa.** In: Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores. 1984.

MIGUEL, Luis Felipe **Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina.** In: Estudos Feministas, Ano 9, 2. Semestre 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia.** São Paulo, Editora Unesp, 2011.

_____. **Gênero e política na mídia brasileira.** Disponível em: <http://www.mulheres.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/generoepoliticnamidia.pdf>. 2006.

PAIVA, Raquel. **Política: palavra feminina.** Rio de Janeiro: Mauad X. 2008.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

POLIVANOV, Beatriz. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos.** Esferas, n°3. 2013.

PRÁS, Jussara Reis. **Reflexões sobre gênero, mulheres e política.** In: PAIVA, Denise. Mulheres, política e poder (Org.). Goiânia: Cãnone Editorial. Fundação de apoio à pesquisa de Estado de Goiás. 2011.

PRADO, Maria Lígia. FRANCO, Stella Scatena. A participação feminina no debate político brasileiro. In: PINSKY, Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.) **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo, Contexto. 2013.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba: História de vida e luta.** João Pessoa: Editora Universidade da UFPB. 2010.

ROSALDO, Michelli. **O uso e abuso da antropologia: Reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural.** Revista Horizontes Antropológicos – Gênero. Porto Alegre. Ano 1, n° 1, 1995.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Estudos Feministas. Florianópolis. 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Sociedade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismobrasil.pdf>. 1998.

Fontes eletrônicas:

<http://g1.globo.com>

<http://brasil.elpais.com>

<http://politica.estadao.com.br>

<http://www.al.pb.gov.br>

ANEXOS

FOTOS DAS DEPUTADAS ESTADUAIS



Deputada Camila Toscano
Fonte: www.portalaracagi.com



Deputada Camila Toscano
Fonte: www.maispb.com.br



Deputada Daniella Ribeiro
Fonte: www.paraiba.com.br



Deputada Daniella Ribeiro
Fonte: www.blogdogordinho.com.br



Deputada Estela Bezerra
Fonte: www.blogdogordinho.com.br



Deputada Estela Bezerra
Fonte: www.pautapb.com.br

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM AS DEPUTADAS

1. Como se deu a sua inserção na vida pública?
2. Estava dentro de seu projeto de vida tornar-se política?
3. E a família o que pensou sobre a sua inserção no espaço da política?
4. Que motivos a levaram a ingressar na política?
5. Já se sentiu desrespeitada por ser uma mulher política? Como e em que circunstâncias?
6. O que a senhora acha do crescimento e visibilidade da mulher no espaço da política?
7. Existe um diferencial entre candidatos homens e candidatas mulheres? Quais são estas diferenças?
8. O que a levou percorrer o caminho da vida política? (interesses pessoais? influência de familiares?) Para chegar à arena política, você atuou em algum tipo de serviço público para ganhar reconhecimento? Foi por vocação? Convite de algum parente?
9. Como você vivia na esfera privada antes de chegar à política? Quais foram as facilidades e dificuldades encontradas ao longo desse percurso?
10. Quais as mudanças que você percebeu em sua vida pessoal e profissional após entrar na política? Como seus filhos reagiram e reagem a essa mudança? Você recebe suporte e apoio de seus familiares?
11. Como você enxerga o espaço da política partidária, tendo em vista as discussões que giram em torno das relações e desigualdades de gênero?

12. Através de quais discursos você percebe que ainda está presente um modelo patriarcal que fortalece a misoginia e se firma em valores estigmatizantes? Exige algum tipo de constrangimento de outros atores sociais em dar visibilidade ao preconceito ou é algo explícito? Quais argumentos você utiliza para rebater essas ideias que surgem de maneira aparentemente invisível, mas ainda tão forte nos dias de hoje?
13. Qual sua opinião acerca da ideia mulher/política e se essa opinião encontra-se permanente em seus discursos colocando a mulher enquanto protagonista dos processos históricos e políticos? Qual sua opinião sobre a emancipação feminina por meio da carreira política e de como esse acesso promove o empoderamento das mulheres?
14. Como tem sido sua experiência na arena política? Você tem percebido que suas ideias e projetos são tão bem quistos quanto aqueles oferecidos por indivíduos do sexo masculino?
15. Você tem trazido à baila discussões que favorecem o empoderamento das mulheres e à superação de barreiras traçadas pelo universo machista durante seu mandato?
16. Quais são as dificuldades e entraves que você percebe em virtude de ser uma mulher na política? Essas dificuldades lhe desestimulam de alguma maneira? Como você consegue driblar essas dificuldades?
17. Qual a sua opinião da política ser um ambiente que torna possível o trânsito da mulher da esfera privada para a esfera pública? Você acha que com o perpassar do tempo o empoderamento da mulher na política se dará de maneira mais acessível?
18. Qual a sua opinião sobre a lei de cotas? Num Estado Democrático de Direito em que vivemos já não deveria ter sido ultrapassada essa fase de ser necessária uma lei para possibilitar um equilíbrio de homens e mulheres ocupando esse espaço de poder que a política se configura?
19. Você percebe se algumas mulheres na política se contentam com papéis menos relevantes e submetidas à aceitação de que devem ser minoria na política? Existe uma aceitação silenciosa? Qual é a forma utilizada por você para mostrar seu potencial frente aos preconceitos e silêncios?
20. Existe em suas propostas alguma política pública de gênero que traga melhorias à vida das mulheres como, por exemplo, atenção básica à sua saúde, tratamento mais rigoroso contra à violência contra mulher?
21. No momento da candidatura, de onde você conseguiu maior apoio? Seu partido político conferiu tratamento igualitário entre você e os colegas do sexo masculino em momentos importantes como o horário político, por exemplo?

